



RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS **2003**



- 01.** Carta do Conselho de Administração
- 02.** Relatório de Actividade
- 03.** Análise Económica e Financeira
- 04.** Demonstrações Financeiras
- 05.** Anexo às Demonstrações Financeiras
- 06.** Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 07.** Certificação Legal das Contas
- 08.** Relatório do Revisor Oficial de Contas
- 09.** Relatório de Auditoria Externa

ÍNDICE



RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL

01.

CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

"A CONCLUSÃO DE UM CICLO..."

■ A REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL; O REDIMENSIONAMENTO DO QUADRO

O exercício de 2003 foi marcado pela publicação das Leis nº 30, 32 e 33/2003 em 22 de Agosto de 2003. Esta publicação representou o epílogo de um processo de reflexão e reestruturação do sector audiovisual do Estado, cujo lançamento havia sido efectuado com a apresentação das Novas Opções para o Audiovisual por sua Excelência o Senhor Ministro da Presidência em Dezembro de 2002.

Um dos aspectos mais relevantes desta intervenção legislativa, eventualmente não devidamente salientado por força de excessiva e injustificada focalização da discussão na missão e orgânica da segunda licença, constituiu a criação de um operador de serviço de televisão, deixando para a RTP o papel de holding do sector audiovisual público.

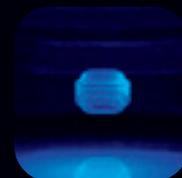
Poderia pensar-se que tal papel era já desempenhado pela Portugal Global. Não era assim, já que esta se limitava a ser a titular de participações financeiras e não constituía o verdadeiro centro de decisão do Grupo nem promovia a gestão centralizada e racional dos recursos postos à sua disposição.

Hoje, da Rádio e Televisão de Portugal não se espera que seja apenas a detentora das participações financeiras na Radiodifusão e na Radiotelevisão, mas antes o catalizador do aproveitamento de estruturas comuns, da exploração de sinergias quer na área técnica quer produtiva e, sobretudo, o centro de racionalização estratégica do sector audiovisual do Estado. Tudo isto a par de constituir o veículo natural da gestão financeira integrada, mobilizando receitas e alocando-as em função das necessidades de cumprimento das missões de serviço público.

A reestruturação institucional, precipitada pelos instrumentos legislativos, projectou-se na revisão dos organigramas e na alocação dos recursos humanos adequados. Daí que, à publicação dos diplomas legislativos, se seguisse a tarefa de definição quer dos novos organigramas quer da identificação dos recursos a integrar em cada empresa e serviço.

Esta tarefa, concluída no final de 2003, permitirá com o início do novo ano a implementação de novas e redimensionadas estruturas. Isto não significa que tenha sido atingida a dimensão adequada até porque esta é função permanente dos objectivos e estratégias prosseguidas, dos meios técnicos e sistemas de gestão disponíveis e da própria qualidade e motivação dos recursos humanos.

Considera-se, no entanto, concluída no exercício, a fase em que a redução do quadro era uma tarefa prioritária como condição de viabilização do modelo financeiro projectado. A optimização que se sucederá é já mais consequência da partilha de serviços e integração de estruturas do que da eliminação de recursos ociosos ou subocupados como até então.



■ A MUDANÇA DE INSTALAÇÕES – UMA SEDE PARA A RÁDIO E TELEVISÃO

A mudança de instalações dos dois operadores de serviço público – Rádio e Televisão – constituiu desde o início um dos factores fundamentais do projecto. Por esse motivo, revestiu-se de particular simbolismo a apresentação das Novas Opções para o Audiovisual já no edifício destinado à instalação da sede da Rádio e Televisão. A tarefa de renovação e adaptação do edifício revelou—se, porém, gigantesca e sobretudo o prazo fixado para a sua conclusão constituiu um desafio de dimensão idêntica ou superior a outros que a situação da RTP colocava.

Projectar e executar em paralelo representava a assunção de enormes riscos, quer técnicos quer financeiros, mas era a única solução para garantir a instalação dos equipamentos e serviços que viabilizassem a transferência no 1º trimestre de 2004.

Este facto constitui um marco decisivo no processo de aproximação da Rádio e Televisão em busca de um projecto único e coerente para o sector audiovisual. Mas representa também um pilar incontornável no lançamento de uma nova cultura de empresa mais transparente, mais determinada e racional, como factor decisivo na execução das missões de serviço público.

Simultaneamente, permitirá criar as condições para executar o plano de desinvestimentos que constitui uma peça importante na redução dos recursos afectos à execução das tarefas que lhe competem e na implementação do plano de reestruturação financeira desenhado.

Esse processo, iniciado ainda em 2003, terá o seu momento fundamental nos exercícios seguintes, caso as condições de recuperação do mercado imobiliário não inviabilizem a sua conclusão ou justifiquem o adiamento da sua implementação para momento mais oportuno.



■ A CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA – O EQUILÍBRIO ECONÓMICO

A degradada situação financeira da RTP obrigava a uma intervenção profunda de reestruturação e saneamento de balanço. Estas tarefas, projectadas para o exercício, foram concluídas não apenas enquanto definição de um modelo viável, mas executadas as suas principais componentes:

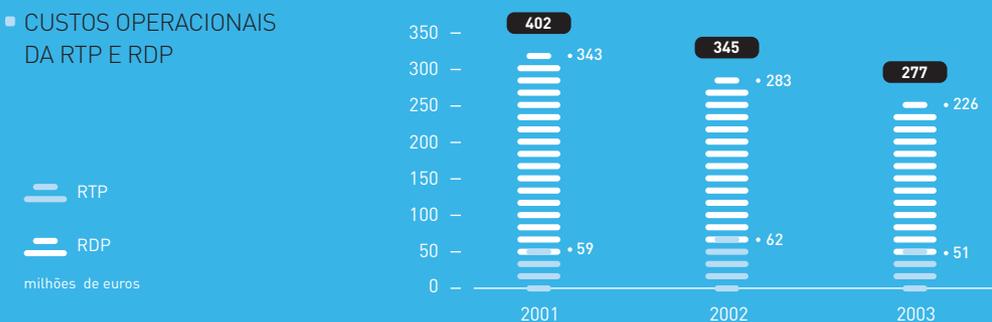
- a consolidação da dívida;
- a redução de custos operacionais;
- a garantia de receitas e proveitos que garantam o equilíbrio económico e o saneamento financeiro.

No entanto, só o ano de 2004 constituirá o primeiro exercício já governado pelo novo modelo financeiro, em que assume especial relevância a revisão da contribuição para o Audiovisual e a definição da nova metodologia da fixação da Indemnização Compensatória.

O novo modelo, consagrado quer na Lei quer nos contratos de concessão, foi complementado pelo Acordo de Reestruturação Financeira que garantirá, se cumprido pelos seus outorgantes, a progressiva libertação da RTP da dívida financeira acumulada nas últimas décadas.

Para isso, torna-se essencial o cumprimento quer pelo Estado das obrigações assumidas em matéria de recapitalização da Empresa, quer por esta ao aceitar uma disciplina orçamental que imporá em exercícios seguintes novas reduções de custos operacionais (cerca de 25 milhões de euros no conjunto da Rádio e Televisão já para 2004).

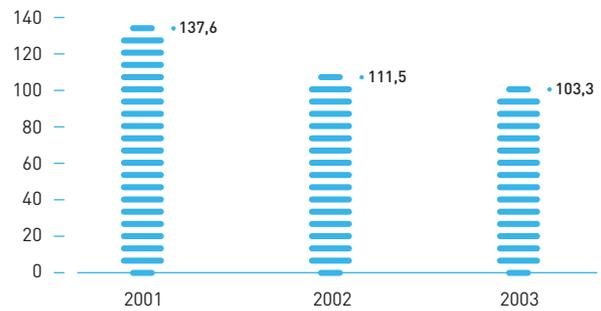
■ CUSTOS OPERACIONAIS DA RTP E RDP



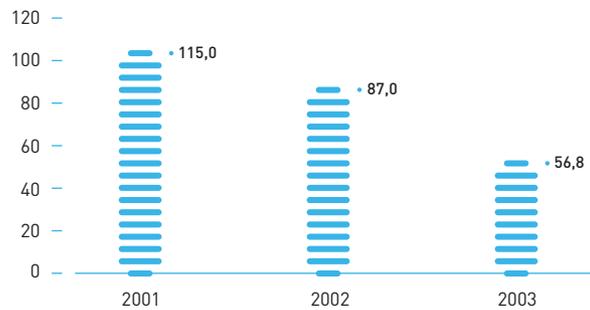


■ PRINCIPAIS RÚBRICAS DE CUSTOS DA RTP

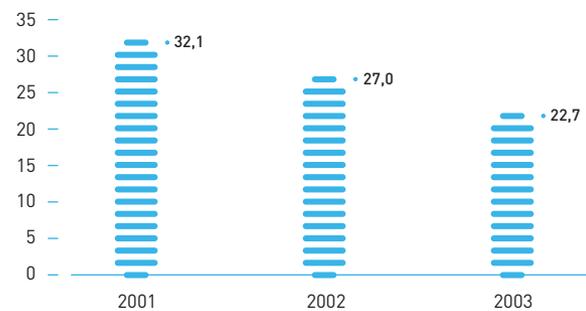
GRELHA
milhões de euros



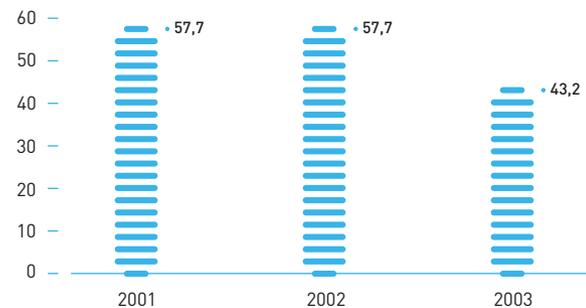
PESSOAL
milhões de euros



DISTRIBUIÇÃO
milhões de euros

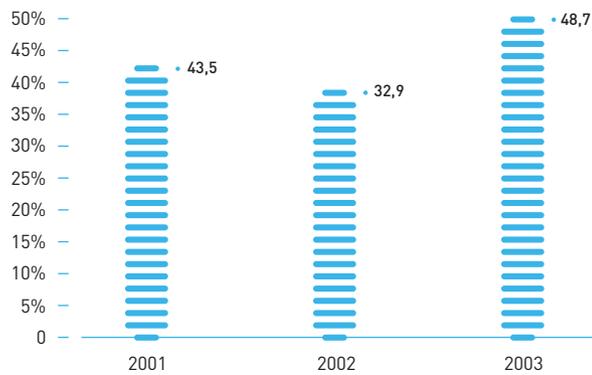


OUTROS
milhões de euros



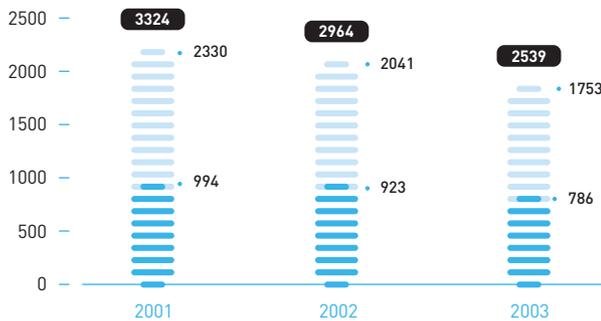
■ AUMENTO DAS RECEITAS
PUBLICIDADE

NOTA: Crescimento em 2003 independentemente da limitação de publicidade comercial a 6 minutos (limite anterior a Setembro de 2003: 7,5 minutos)
milhões de euros



■ MELHORIA DA PRODUTIVIDADE
EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

— RTP (INCLUI EMPRESAS PARTICIPADAS)
— RDP



A REESTRUTURAÇÃO OU ALIENAÇÃO DAS PARTICIPADAS

Um dos elementos essenciais do reequilíbrio económico era a eliminação de contribuições negativas por parte das diversas subsidiárias instrumentais ou complementares do serviço público.

Durante o ano findo foi possível concluir o processo de alienação ou liquidação de subsidiárias com contribuições negativas, tais como a FO&CO/EDIPIM, SPORTV e PORTO TV. Entretanto criada, a RTP-Meios de Produção projecta resultados de exploração positivos ou, pelo menos, equilibrados, em consequência quer do seu redimensionamento quer do esforço de adequação de estruturas disponíveis às exigências da produção decorrentes da grelha projectada.

A outra empresa subsidiária prevista – o Media Parque, a instalar no Monte da Virgem – ainda não arrancou como empresa autónoma, o que só acontecerá quando estiverem asseguradas as condições que garantam uma exploração equilibrada e um adequado retorno aos recursos investidos.

NOVOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO

Uma das carências com mais significado no Grupo RTP era a inexistência de um sistema de informação de gestão minimamente adequado às exigências de uma gestão eficaz e responsável.

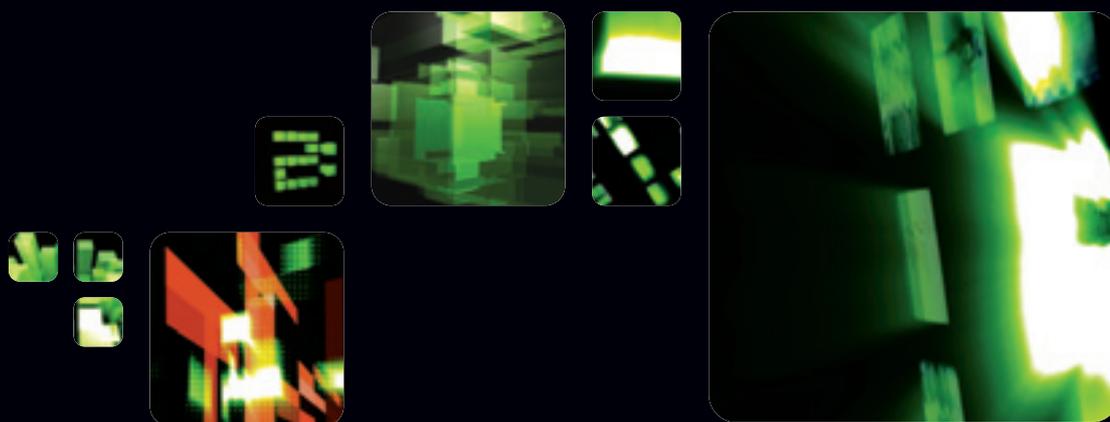
No início do mandato encontrava-se adjudicado à empresa CAP GEMINI a definição e instalação de novos sistemas baseados em software SAP; o valor envolvido em tal projecto – na ordem dos 7 milhões de euros –, o tempo necessário à sua execução, mas sobretudo uma relação custo-benefício desajustada à situação financeira da empresa e às necessidades reais, determinaram a revisão do acordo com a CAP GEMINI, a definição de objectivos mais limitados e a selecção de um outro fornecedor de software que, satisfazendo os objectivos imediatos, se revelasse uma solução mais flexível e sobretudo muito mais económica.

A progressiva extensão do projecto à Radiodifusão e à RTP-Meios de Produção não impedirá o arranque do novo sistema já no exercício seguinte o que, a concretizar-se com êxito, como se espera, constituirá um passo significativo no incremento de qualidade de gestão e na dotação da empresa com instrumentos de controle eficientes.

O arranque do sistema na RTP-Meios de Produção permitiu identificar antecipadamente as dificuldades que vão ser sentidas no primeiro trimestre de 2004, com o início da sua exploração na Holding e no operador de Serviço Público de Televisão e, mais tarde, na Radiodifusão.

■ O LANÇAMENTO DE “A 2”

Na sequência da definição política efectuada quanto à missão do Canal 2, foram lançadas as bases do projecto que teve naturalmente de aguardar a sua consagração legislativa e a sua maturação, enquanto projecto inovador, em termos de organização e produção de uma grelha articulada.



A multiplicidade de contactos, a diversidade de situações, a complexidade intrínseca do projecto, exigiram uma cuidada preparação, já que a polémica gerada em torno de solução proposta não permitia espaço para ligeiras ou improvisos.

O arranque do Canal, previsto para os primeiros dias de 2004, foi metodicamente preparado com adequada ponderação das diversas soluções propostas, avaliadas à luz de outras experiências semelhantes, embora sem a complexidade decorrente da necessidade de protocolar mais de cinco dezenas de relações estabelecidas com os diversos parceiros do Canal em matéria de produção de conteúdos.

Esta etapa constituía, obviamente, um dos elementos marcantes do processo de reestruturação do sector audiovisual do Estado e que cria, naturalmente, maior expectativa para os exercícios futuros.

■ A INTEGRAÇÃO DA PORTO TV

A ausência de uma estratégia por parte da PT Multimedia, accionista maioritário da Porto TV, para o Canal NTV, a possibilidade de assumir a custo zero o controle de uma sociedade na qual já participava em 25% do capital social, e a convicção de que os custos de liquidação (financeiros e sociais) seriam superiores aos da reestruturação do Canal, conduziram à aquisição do controle total da Porto TV ainda em 2002.

Redefinido o papel do Canal no conjunto de serviços de programas do Operador de Serviço Público, foi sendo progressivamente reajustada a Grelha à medida que iam cessando os compromissos anteriormente assumidos pela Porto TV.

Não tendo ainda sido possível concretizar a grelha desejável, foi concluída, no final de Dezembro, a integração da operação NTV no operador de serviço público, a fim de viabilizar a redução de custos prevista com a integração total do Canal.

A dimensão dos problemas que urgia resolver ao longo de 2003 também não viabilizou a disponibilidade de recursos para antecipar tal tarefa. De qualquer forma, o ano de 2004 permitirá, concluída a liquidação da Porto TV, assegurar a conclusão do projecto de reestruturação do canal, por forma a cumprir a sua missão de serviço público num quadro equilibrado de exploração.

Para isso não basta a redifinição da grelha e a optimização dos recursos disponíveis; é necessário o desenvolvimento de um plano de marketing que suporte a revisão do contrato com a TV Cabo e a estabilização dos proveitos necessários ao financiamento do Canal.

■ A RECUPERAÇÃO E REINSTALAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO

Uma das consequências mais graves de asfixia financeira da RTP residia no estado de degradação a que tinha chegado o Arquivo Histórico, nomeadamente o fílmico. Era urgente identificar uma solução e encontrar os meios financeiros destinados ao combate ao “síndrome do vinagre” já presente em larga escala.

Mas a resolução dos problemas do Arquivo Histórico não se resume ao “síndrome do vinagre”; a desadequação das instalações actuais, a insegurança física e técnica em que o Arquivo se encontra, impõem a sua transferência para local adequado para depósito dos suportes actuais.

Feito o diagnóstico e acordada a solução, os próximos anos assistirão à sua implementação, assegurada que está a cobertura financeira da mesma.

■ A RECONCILIAÇÃO COM OS PORTUGUESES – A SUBIDA DAS AUDIÊNCIAS

Os momentos vividos pela RTP a seguir ao anúncio pelo Governo das medidas de reestruturação da empresa, e que incluíam a substituição do respectivo Conselho de Administração e o agitado processo que conduziu à nomeação do actual, acabaram por concitar as atenções dos portugueses sobre o Canal de Serviço Público, mas não necessariamente pelas melhores razões.

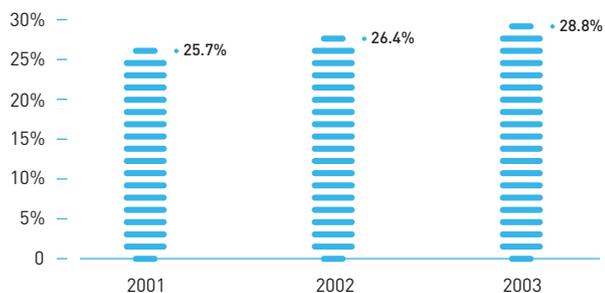
Embora tendo conseguido sustar a queda das audiências já no primeiro semestre de 2002, era patente o sentimento geral de desagrado dos espectadores portugueses em relação à sua programação, agravado pela sensação de não ser justificado o esforço do erário público com o seu financiamento.

Ao longo do ano, a sistemática e consistente subida das audiências, incluindo o período de "prime-time", mostra a reconciliação progressiva dos portugueses com a Estação Pública, quanto mais não fosse por força da diferenciação que procurou oferecer-se em relação aos operadores privados.

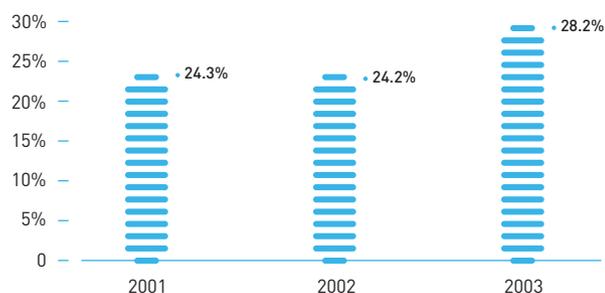
Este esforço, iniciado na área da informação, foi-se alargando progressivamente à dos programas, quer de fluxo, quer de stock, com uma programação mais diversificada e equilibrada. A expectativa gerada constitui agora o próximo desafio: o repto da qualidade e do autêntico serviço público.

■ SUBIDA DAS AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIAS RTP1 + 2: GLOBAL



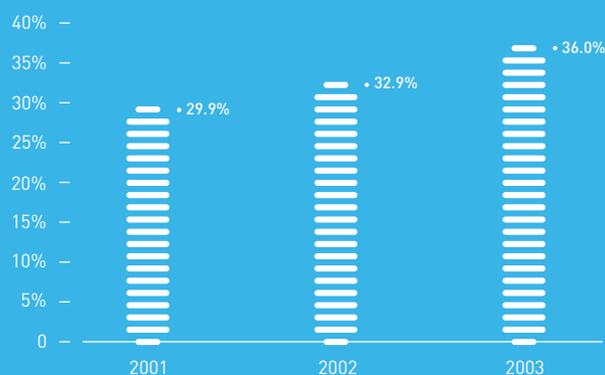
TELEJORNAL DA RTP1





■ SUBIDA DAS AUDIÊNCIAS

JORNAL DA TARDE RTP1



RTP1 + 2: CLASSES A/B



A CONCLUSÃO DE UM CICLO ...

O título que foi dado a esta nota introdutória dos relatórios de actividade e financeiros da Radiotelevisão e da Radiodifusão – “A conclusão de um ciclo” -, expressa, de forma clara, que o período vivido desde a entrada em funções deste Conselho de Administração se traduziu num processo acelerado de mudanças que não poderia ser concretizado sem um enorme esforço e sem a mobilização e empenhamento total da generalidade dos trabalhadores da Rádio e da Televisão. A eles é devido uma primeira palavra de profundo agradecimento e louvor.

Mas também outras Entidades e Instituições deverão ser referidas pelo contributo decisivo na obtenção dos resultados alcançados, tais como, entre outras, a Direcção Geral do Tesouro, o Instituto de Comunicação Social, o Banco Efisa, o Depfa Bank, o BPN Imofundos, os Parceiros de A 2:, a Portugal Telecom e, com uma palavra especial de apreço pelo trabalho desenvolvido, os consultores da BCG e CGEY.

Finalmente, impõe-se mencionar a cooperação institucional, o apoio e solidariedade de Sua Excelência o Senhor Ministro da Presidência, que nos honrou com a confiança depositada e a quem não podemos deixar de agradecer a contribuição decisiva para a ultrapassagem de dificuldades que sem a sua pronta e determinada intervenção não teria sido possível concretizar.

Lisboa, 30 de Abril de 2003



(1)



(2)



(3)



(4)



(5)

O Conselho de Administração

Almerindo da Silva Marques (1)
Presidente

Jorge Ponce de Leão (2)
Vice Presidente

Armando Costa e Silva (3)
Vogal

Luís da Silva Marques (4)
Vogal

Gonçalo Reis (5)
Vogal

 RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL SGPS SA

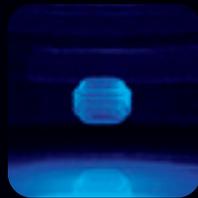
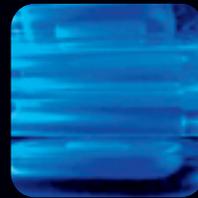
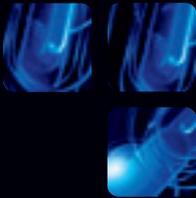


NOVA IMAGEM





RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL



RELATÓRIO E CONTAS **2003**

02.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE



■ UMA NOVA FILOSOFIA NA PROGRAMAÇÃO PARA A RTP

A RTP reformulou e recentrou a sua programação em 2003, procurando um novo posicionamento, com novos conteúdos e formatos nas áreas prioritárias de serviço público. Eliminou, assim, os programas sensacionalistas ou de conteúdos ofensivos, apostando principalmente em recreativos de qualidade, reafirmando a relação de confiança entre o serviço público e os portugueses.

A RTP procurou, também, estabelecer uma nova filosofia na sua programação, apostando ainda na produção de novos conteúdos de ficção nacional e documental, bem como no apoio ao Cinema português, num claro investimento em conteúdos de referência de uma Estação de Serviço Público de Televisão.

Por outro lado, a RTP assumiu as co-produções como um modo de cooperação, aproveitando e desenvolvendo o potencial existente nos países lusófonos, bem como reorientou as suas antenas internacionais para a diáspora portuguesa espalhada pelo mundo.

Mas, no ano de 2003, a RTP fez muito mais, visando sempre concentrar-se na sua missão de serviço público.

Estabilizou a grelha, instituindo uma relação de confiança entre o OSP e o espectador, através da revisão e controlo dos tempos de duração dos principais programas.

Apostou na promoção da produção nacional de ficção através da emissão de séries de qualidade como o "Processo dos Távoras" ou "Gente Feliz com Lágrimas" ou através da divulgação do cinema português com emissão de making off dos filmes em estreia, e emissão em prime time de 13 filmes e telefilmes portugueses.

Apostou em recreativos musicais de qualidade, com realce para a "Operação Triunfo", que permitiu que muitos jovens encontrassem um programa de referência no Canal 1; "Grande Operação: Venham Mais Cinco - A Música Portuguesa" - onde, durante mais de seis horas, se debateu sem constrangimentos a situação da música e dos músicos; a transmissão de inúmeros concertos de músicos portugueses, de Carlos do Carmo à Ala dos Namorados, aos Madre de Deus ou Rui Veloso.

Teve uma presença solidária e dinamizadora em grandes causas, desde a "Magia do Pírilampo" ao Especial de 7 horas de emissão do "Renascer das Cinzas", de apoio às vítimas dos incêndios, à transmissão da "Gala de Homenagem Nacional aos Bombeiros" ou da Festa do Gil ou, ainda, da co-produção e emissão de 4 documentários "Outros Sonhos", com a temática da deficiência e de uma grande Gala no Ano Europeu do Deficiente.

Num outro plano, a transmissão do concerto "Pavarotti and Friends - SOS Iraque" ou do "Concerto Mundial da Sida", são exemplos da atenção dada aos grandes acontecimentos internacionais no âmbito da solidariedade .

Na tipologia de programas Musicais e Eruditos, refira-se que em 2003 o número de horas de emissão cresceu 3 vezes face à média dos dois anos anteriores.

Deu visibilidade ao que acontece no país através da transmissão de festas populares como o "Especial Noite de S. João" no Porto ou a transmissão das "Festas Sanjoaninas nos Açores" . Num outro registo acompanhou a "Moda Lisboa", produziu e emitiu um making off do espectáculo "My Fair Lady", gravou e emitiu o espectáculo teatral "A Treta Continua", transmitiu o "Último Concerto em Alvalade".

A Divulgação Cultural que se manifestou em séries documentais como "Horizontes da Memória" , "A Alma e a Gente" e, também, "Descobrir Portugal", registou um acréscimo de horas de emissão quase para o dobro das verificadas em 2002 - [66:48:19 para 108:15:15] Como curiosidade, refira-se que, embora com uma quota

de penetração no Canal não muito significativa, o valor de 2003 supera em mais de 10 vezes a quota registada em 2001 para este género de programas.

Continuou a apostar num grande espaço de "Talk-Show", em 30 episódios do programa "Prós e Contras", que se tornou uma referência no debate de temas sociais em Portugal.

Aumentou a emissão de programas religiosos, direitos de antena e tempos de antena quase para o dobro do ano anterior.(54:49:41 para 92:58:08). A RTP transmitiu grandes eventos religiosos realizados em Portugal, "O Terço Vivo", e também internacionais "Encontro de S.S. o Papa com jovens em Espanha".

Aumentou as horas de emissão de programas infantis (5%) em relação a 2002, o que denota o início de um posicionamento em relação à programação infantil, de forma a esta adquirir um outro relevo na grelha do Canal 1. Nesta área deve referir-se, a título de exemplo, as mais de 60 horas de emissão do concurso SMS e as 22 horas de emissão do concurso "A Grande Aventura do National Geographic", onde o entretenimento se juntou ao didático, havendo a preocupação de alinhar os conhecimentos requeridos com as matérias escolares dos concorrentes.

Assumiu a homenagem a actuais portugueses de relevo, através da série "Tributos", e esteve presente através de documentários na homenagem póstuma a Fernando Pessa, José Viana, Armando Cortez e José Cardoso Pires.

Nos filmes fez-se uma gestão rigorosa da carteira existente, sendo as aquisições pontuais, o que não impediu uma criteriosa emissão com os grandes êxitos do cinema português e uma panorâmica representativa da actual filmografia internacional, do "Matrix" ao "Fabuloso Destino de Amélie".

Claramente distintivo dos canais comerciais ao nível da ficção documental estrangeira, a RTP optou por emissão em prime time de séries históricas de grande qualidade, de que são exemplo "Jean Moulin", "Napoleão", " Maria José, Rainha de Sabóia".

Analisando genericamente a origem da produção dos programas emitidos em 2003, é de referir o aumento da produção nacional em relação aos dois anos anteriores e, obviamente, um decréscimo da produção estrangeira.

Em 2003 a quota da produção nacional cifrou-se em 62,6% contra os 17,8% da produção estrangeira que, em 2001, assegurava mais de 1/4 da emissão e que em 2003 não chega a 1/5 .

O grande aumento da produção nacional acompanha o aumento da Produção da RTP Lisboa e da RTP Porto, em detrimento da produção externa que decresceu em 2003 para uma quota de 14,2%, mantendo a tendência que já vinha de 2001 para 2002 (16,84% - 15,84%)

Para o futuro próximo, a RTP pretende seguir o caminho iniciado em finais de 2002 e durante todo o 2003, desenvolvendo novas linhas de programação de Serviço Público de Televisão, complementares e alternativas aos canais privados de televisão em Portugal, aumentando a qualidade do serviço prestado e a eficiência da organização da Nova RTP, aproveitando o enorme potencial possível de sinergias entre a Rádio e a Televisão nas áreas dos conteúdos, informação e programas, e operacionais, meios técnicos e logísticos.

■ “A 2”

A apresentação em Dezembro de 2002, pela tutela, das «Novas Opções Para o Audiovisual» teve uma influência decisiva no evoluir da RTP 2 em 2003. De facto, o anúncio público da manutenção de um segundo canal no Operador de Serviço Público, assim como a definição de que ele deveria funcionar no sentido de uma progressiva incorporação da Sociedade Civil, balizaram toda a actividade da RTP 2 durante 2003.

Por isto mesmo, coexistiram ao longo de quase todo o ano dois trabalhos complementares: por um lado a Direcção de Programas da RTP garantiu a continuação da emissão, assegurando que a RTP 2 mantivesse as suas características essenciais até aí: séries de qualidade, o ciclo «Cinco Noites, Cinco Filmes», e uma série de espaços emblemáticos do Canal, como o «Bombordo»; e, por outro, iniciou-se o trabalho de definição do que seria o futuro Canal, cujo enquadramento legal foi já previsto na nova Lei da Televisão, aprovada no ano passado.

A Direcção de Programas da RTP assegurou uma emissão que teve as seguintes características: 8,8% de programas documentais e de divulgação cultural; 14,3% de programas infantis e juvenis; 15,2% de ficção; 0,7% de variedades e musicais ligeiros; 5,5% de religiosos e institucionais; 1,1% de musicais e eruditos; 5,2% de continuidade, acertos e promoção; e 13,6% de televidas. Cabe ainda referir que 35,6 da emissão foram assegurados pela Direcção de Informação na informação diária (incluindo Euronews), não diária e desportiva.

Os programas de origem estrangeira significaram 36% da emissão, as co-produções ficaram-se nos 2,2%, a produção externa atingiu 7,8% e, internamente, Lisboa assegurou 38,5% da emissão, o Porto 1,7%, a Madeira 0,1% e os Açores 0,2%. As televidas representaram, recordamos, 13,6% da emissão.

Devido à situação de transição e dentro da conjuntura de fazer esforços significativos de contenção de custos, a programação da RTP 2 durante 2003, em termos de custos directos, ficou nos 14,1 milhões de euros, dos quais 10 milhões relativos a programas e 4,1 relativos a informação. Na área de programas as maiores fatias foram para a ficção (3,3 milhões de euros) e infantis (2,4 milhões de euros). De notar ainda que os programas religiosos e relativos a direitos de antena atingiram 2,5 milhões de euros.

Para isto concorreu um recurso alargado à utilização da emissão do Euronews durante grandes períodos do dia, assim como uma política de repetições cuidada. A Direcção de Programas foi tomando, ao longo do ano, as medidas necessárias para que, logo que fosse decidido, poder iniciar o processo de transição de grelhas para o novo formato do Canal.

A Comissão Instaladora do Canal Sociedade foi nomeada em Junho de 2003 e, em Setembro, apresentou o modelo proposto, baseado na divulgação do conhecimento. A partir de Setembro começou a constituir-se a equipa própria do Canal, entretanto designado A 2:, e a iniciarem-se os preparativos para o seu lançamento.

Ao longo do ano, e integrado no Projecto Fénix, a BCG prestou apoio à equipa que preparou o projecto e, depois, até final do ano, acompanhou a preparação final do projecto. Também a Brandia deu a sua colaboração, na criação da nova marca, da imagem do Canal e do grafismo da emissão.

As primeiras quatro dezenas de protocolos, de parceria com um conjunto alargado de entidades representativas da Sociedade Civil, foram assinadas em Novembro e a Direcção indicada pelo Conselho de Administração da RTP foi aceite pela Alta Autoridade da Comunicação Social em Dezembro.

Foi fixado o dia 5 de Janeiro de 2004 como a data de arranque do novo projecto, e a nova Direcção passou a gerir a transição de grelha nas últimas semanas de Dezembro.

■ INFORMAÇÃO

A Direcção de Informação da RTP produziu, no ano de 2003, mais de quatro mil horas de informação.

No que respeita ao Canal 1, foram emitidas 1630 horas de Informação Diária. Quanto à Informação Não Diária, as emissões atingiram as 180 horas. Finalmente, no âmbito da Informação Desportiva, o número de horas produzidas totalizou as 315. Este valor não inclui as transmissões desportivas emitidas ao longo do ano.

No que respeita à RTP2, a Informação Diária atingiu as 1985 horas; a Informação Não Diária 331 horas e a Informação Desportiva atingiu o valor de 548 horas de emissão.

No ano de 2003, quatro grandes acontecimentos marcaram a actividade informativa da RTP.

Em Março de 2003, começou a Guerra do Iraque. Nos meses que precederam o início dos combates, a RTP mobilizou equipas de reportagem que se deslocaram para a região, dando aos espectadores toda a informação sobre os vários ângulos do conflito. No dia que assinalou o início dos bombardeamentos aéreos, a RTP era a única estação de televisão que se encontrava em directo de Bagdade com o jornalista Carlos Fino e o repórter de imagem Nuno Patrício.

O trabalho da RTP foi reconhecido interna e externamente, nomeadamente no Brasil, onde o jornalista Carlos Fino chegou a ser condecorado pelo Governo Brasileiro.

A forma como a RTP acompanhou a guerra, com equipas na Jordânia, Turquia e Koweit, contribuiu para acentuar a marca de credibilidade da informação da RTP e foi um factor decisivo para a subida das nossas audiências.

A partir de Março de 2003, a RTP passa a emitir diariamente, em suplemento ao Telejornal, um "Jornal da Guerra", interpretando e contextualizando a informação disponível com recurso a comentadores e a especialistas políticos e militares.

Entre o mês de Janeiro e Novembro, altura em que os soldados da GNR partem para o Iraque, a Direcção de Informação efectuou nove emissões especiais em prime-time sobre as questões suscitadas pelo conflito e deu ainda adequada cobertura à Cimeira das Lajes.

Outro acontecimento que mobilizou os recursos da Direcção de Informação no ano de 2003 foi o Processo da Casa Pia. Numa tentativa de ajudar o espectador a interpretar e acompanhar o escândalo da pedofilia, foram realizadas sete emissões especiais.

A nível desportivo, realizou-se em 21 de Maio de 2003, a Final da Taça UEFA, envolvendo dezenas de profissionais e correspondendo a emissões em directo de dezenas de horas no dia da prova e na véspera do evento.

No Verão de 2003, o país foi confrontado com uma onda de incêndios com consequências trágicas, quer do ponto de vista humano quer material.

Mais uma vez, a RTP liderou a informação, produzindo seis emissões especiais só durante o mês de Agosto. No total, foram emitidas cerca de 6 horas de programas, especificamente sobre os incêndios florestais e suas consequências.

Ainda no ano de 2003, a Direcção de Informação colocou em antena, a 27 de Novembro, um novo programa político: "O Debate da Nação" - um espaço de pluralismo, trazendo à grelha do Canal 1, em horário nobre, várias sensibilidades politico-partidárias com expressão parlamentar.

No âmbito da Informação Não Diária, foram emitidos outros programas que contribuíram para o reforço da visibilidade da informação da televisão pública. Assim, foram efectuadas vinte e duas emissões do programa "Grande Entrevista", num total de 22 horas, e vinte e seis "Grandes Repórteres".

A Direcção de Informação da RTP manteve ainda em antena os programas "A Loja do Consumidor", "Planeta Azul" e "Bombordo" que, em 2004, transitarão para a Direcção de Programas.

■ RTP-MADEIRA

A RTP-Madeira deu início, em meados de 2003, a um novo ciclo ao nível de conteúdos, dentro da filosofia empresarial de "produzir mais com menos".

Para isso, criaram-se mais espaços de produção própria com vista a fazer emergir a Estação de alguma apatia em que se encontrava, no campo regional da Comunicação Social. Esta estratégia impôs, paralelamente, a baixa de custos com os cachets de colaboradores demasiado elevados e até geradores de mal-estar no confronto com os vencimentos dos trabalhadores efectivos; o cancelamento de apoios financeiros a espectáculos para transmissão pela RTP-M; a exigência de co-produção ao nível de custos, para a cobertura de eventos incluindo os institucionais.

A Informação foi também reformulada, tentando liderar o panorama noticioso regional; procurou impor a sua presença durante o dia em vez de aparecer pela primeira vez depois das nove da noite, sem horário fixo; aumentou significativamente o fluxo de notícias na RTPi.

Fez-se do "Telejornal Madeira" (TJ-M) o principal serviço noticioso do Canal, com emissão exacta às 21 horas, salvo em situações excepcionais; programou-se um naipe de blocos "Notícias RTP-M" para as 9h00, 12h50, 18h00 e 24h00; abriu-se a possibilidade de emissão de flashes a qualquer hora do dia ou da noite sempre que a notícia o exigisse; preparou-se um entendimento com a RTPi, que viria a permitir a emissão de um "Notícias RTP-M" em horário diferente do "TJ-M", de modo a que as comunidades incompatibilizadas pela diferença horária recebessem a informação regional em horário nobre.

Quanto aos critérios editoriais, a RTP-M procurou ainda tornar-se mais exigente na definição da agenda dos noticiários da televisão, impedindo que as forças políticas, sociais ou desportivas utilizassem os serviços de informação como seus tempos de antena. Informar exclusivamente de acordo com critérios internos da RTP afigurava-se uma campanha aparentemente impossível no meio regional, mas já em 2003 se tornaram evidentes os resultados desta atitude.

A Produção sofreu também alterações significativas. Basicamente, tratou-se de substituir um programa diário ("Pôr-do-Sol"), velho de três anos, com repetição na manhã do dia seguinte, por vários programas semanais ou quinzenais. Com os mesmos custos, retirar aquele programa das 19 horas e preencher os serões com espaços de produção regional, alguns já existentes, outros novos: "Fora de Campo", "Estádio", "Destino Madeira", "Questão Social", "Culturalmente", "Splash", "Passeio Público" e "Cine Parque". Ainda "Pátio dos Bebés" (este às 19 horas da sexta-feira) e "Escolas na TV" (infanto-juvenil ao sábado de manhã).

Foram produzidas mais coberturas de acontecimentos de flagrante cunho regionalista, como o "48 Horas a Bailar", "Marchas Populares" no Porto Santo e na Calheta e festivais infantis de música e de desporto.

A aposta na informação diária da estação regional açoreana ficou substancialmente reforçada ao longo do ano transacto, com o contributo do "Bom Dia", um programa diário de 90 minutos, que deu cobertura e visibilidade à vivência quotidiana nas ilhas, sobretudo a acontecimentos e temas que, habitualmente, não têm espaço nos noticiários.

Em 2003 o Dia de Portugal de Camões e das Comunidades teve por palco a Região Autónoma dos Açores e a RTP-Açores acompanhou, a par e passo, todas as comemorações alusivas ao dia. Em Angra do Heroísmo, cidade património mundial, o Presidente da República, Jorge Sampaio, condecorou várias individualidades naturais dos Açores.

A estação regional continuou ainda a dar espaço a outros programas inovadores, que receberam grande aceitação junto do público açoriano, tais como: "Mar à Vista", sobre temas ligados ao

mar, uma realidade sempre presente no dia a dia dos açorianos, e "Gente Gira", sobre jovens de sucesso em diferentes sectores de actividade.

Procurando orientar sempre a sua programação com preocupações de serviço público, a estação regional açoriana também esteve atenta às muitas manifestações culturais que sucedem um pouco por todas as ilhas do arquipélago, como foi exemplo o espectáculo da "Misa Cubana" proporcionado pelo Grupo Coral de S. José e registado pelas câmaras da RTP-Açores.

No que se refere à distribuição por géneros, a produção regional, em 2003, evidenciou uma grande supremacia da informação, e, dentro desta, da informação desportiva, uma vez que a RTP-Açores assegurou, ao longo do ano, diversas transmissões em directo de jogos com as equipas açorianas envolvidas nos campeonatos nacionais, nas mais variadas modalidades desportivas.

Finalmente, a RTP-Açores assegurou a presença regular em antena de programas de referência no contexto regional, como o "Atlântida", "Olhares", "Pontos de Vista", "Controverso", "Tribuna", etc., e a garantir a cobertura e acompanhamento dos grandes acontecimentos dos Açores como as festividades do Senhor Santo Cristo, as festas de S. João, a Páscoa, a Semana do Mar, a Maré de Agosto e os diversos festivais de música clássica, popular ou jazz que acontecem ao longo de cada ano no arquipélago.

■ RTP INTERNACIONAL

Em 2003 os dois Canais internacionais da RTP emitiram um total de 17 520 horas de emissão (8760 horas cada), numa emissão contínua 24 sobre 24 horas todos os dias do ano.

Na RTP-Internacional a maior percentagem dos programas foi de teor informativo. Na verdade a informação ocupou 34% do tempo total de emissão seguido de 31,2% de recreativos e 10,2% de ficção. Os programas documentais representaram 3,6% e os culturais 4,6%.

A produção própria da RTP-I contribuiu em cerca de 20% para o tempo total de emissão. Desses programas de produção própria uma vez mais a Informação ocupou a maior percentagem 42,6 %, seguida de recreativos com 13,4 % e do desporto com 13,2%.

O ano de 2003 caracterizou-se por algumas alterações que se transformaram num enriquecimento da grelha da RTP-Internacional. A principal foi sem dúvida a introdução dos Magazines Contacto, programas de actualidades

produzidos nas Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo. Iniciaram-se os Magazines Contacto Estados Unidos; Canadá; África do Sul e Europa.

Outra inovação com grande aceitação junto das Comunidades emigradas foi a partir de Fevereiro de 2003 a inclusão na grelha diariamente, dos Telejornais Regionais dos Açores e Madeira. Estas duas melhorias tiveram grande impacto junto dos Portugueses que vivem fora de Portugal e aproximaram ainda mais a RTP Internacional do seu público.

Em 2003 foi muito importante a cobertura dada pela RTP ao conflito no Iraque, nomeadamente o acompanhamento feito durante a invasão das forças aliadas. A qualidade da cobertura e a sua transmissão pela RTP-Internacional constituíram, sem dúvida, uma excelente oportunidade de afirmação da RTP como referência não só para os Portugueses fora de Portugal, mas para todos os falantes de língua Portuguesa no mundo. Foi notório nomeadamente o impacto que teve tal cobertura no Brasil.

A RTP-I produziu ao longo do ano os seguintes programas de produção própria: Comunidades (magazine semanal de informação); Estádio Nacional (semanal-desporto); Linha directa (quinzenal-entrevista); "Brincar a Brincar" (semanal-infantil-directo).

Também em 2003 foi assinado o protocolo entre a RTP, SIC e TVI, que veio permitir a exibição, na RTP-Internacional e RTP-África, de programas produzidos pelas estações privadas de televisão. A emissão desses programas iniciou-se em Novembro.

Igualmente em 2003, a RTP-Internacional iniciou, num pequeno estúdio, a emissão do programa infantil "Brincar a Brincar" de duas horas de duração, em directo e aos sábados, a pensar nos filhos dos Portugueses residentes fora de Portugal.

■ RTP- ÁFRICA

Em 2003, das 8760 horas de emissão da RTP-África, a maioria foi composta por recreativos e talk-shows (37%) nestes incluindo produção emitida a partir das Delegações da RTP-África Logo de seguida a Informação ocupou 30,6% da emissão, seguida do desporto com 8%; musicais com 6% e 7,2% de ficção.

Desse total cerca de 21% foi produção própria sendo os restantes 79% programas dos restantes Canais da RTP.

A RTP-África durante 2003 fez algumas transmissões especiais de festas e acontecimentos relevantes para este continente nomeadamente: Festival da Gamboa (Cabo Verde); Carnaval de Luanda; Comemoração da Independência de Moçambique; Especial - Dia da Independência de São Tomé; Cimeira da União Africana (em Moçambique); Miss Angola; Festival da Canção de Luanda e transmissão de três jogos do Campeonato Angolano de futebol.

A RTP-África contou com uma importante participação das suas Delegações na produção regular de programas de informação e documentais. Alguns desses programas, pese embora os meios reduzidos com que foram feitos, tiveram grande aceitação não só em África mas também nos Canais Nacionais da RTP e na RTP-Internacional. Foi o caso de "Na roça com os tachos", programa de culinária produzido em São Tomé e que colheu grande aceitação e popularidade.

Outros programas produzidos pelas delegações foram o Forum (produzido um por semana em cada delegação); "Artes e Espectáculos" (semanal produzido em Cabo Verde com a participação de todas as delegações Africanas); RTP-Sport (magazine de desporto produzido em Moçambique com a participação de todas as delegações Africanas); Músicas de África (série de 50 programas produzido pela Delegação de Moçambique sobre a divulgação da música Africana).

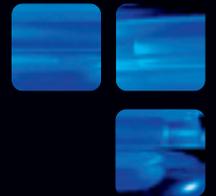
A RTP-África produziu a partir de Lisboa diariamente (segunda a sexta) o Repórter África-Telejornal Africano com a participação de todas as delegações; África Global (Magazine Internacional de actualidades Africanas) e ao sábado "Repórter -sete dias".

Em 2003 estimulou-se a colaboração com as televisões Africanas nomeadamente na troca de programas. Entre outros, foram exibidos com sucesso na RTP-África programas musicais e de ficção dos quais destacamos - Músicas de África; Kandando; Conversas no quintal (sitcom).

Em 2003 foram igualmente assinados vários documentos que se espera venham a ter reflexos importantes na actividade da RTP-África nomeadamente: a Declaração de Lisboa - Reunião dos Ministros responsáveis da Comunicação Social de Portugal e dos PALOP, incluindo o novo modelo dos Canais África da RTP e RDP e o acordo de cooperação no domínio da Comunicação Social, bem assim como o protocolo de Cooperação entre as televisões públicas de Portugal e Angola.

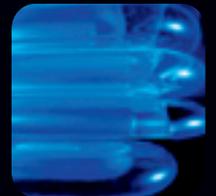
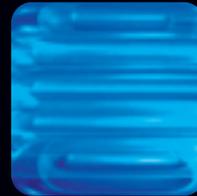


RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL



03.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA





01. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O exercício de 2003 confirmou a trajectória de recuperação encetada no ano anterior. Mercê da performance obtida na gestão dos custos operacionais e do ligeiro acréscimo de proveitos associado aos resultados extraordinários decorrentes da venda e liquidação das participadas, o resultado líquido apurado não encontra paralelo, mesmo ignorando o efeito de desvalorização da moeda, nos últimos onze anos de vida da empresa.

De facto, em 1993, primeiro exercício em que se fez sentir o arranque dos operadores privados, a RTP perdeu o equivalente a 39,3 milhões de Euros, valor superior às perdas verificadas em 2003, e que se cifraram em 32,8 milhões de Euros.

E o facto é tanto mais relevante, quanto é certo terem contribuído para esta perda mais de 40 milhões de Euros de custos financeiros, decorrentes da dívida entretanto acumulada no montante de cerca de mil milhões de Euros.

02. ANÁLISE DA EXPLORAÇÃO

Também a melhoria significativa dos resultados de exploração, cerca de 100 milhões de Euros, assentou essencialmente em três componentes:

o aumento de receitas

a redução dos custos operacionais

a contribuição das empresas participadas

■ AUMENTO DAS RECEITAS

No ano de 2003 assistiu-se a uma forte recuperação das audiências do Canal 1, com um crescimento de cerca de 13% em relação ao ano anterior. Sendo as audiências um dos principais factores a influenciar as receitas comerciais, ainda são mais importantes quando são fruto de um crescimento sustentado em todas as faixas horárias e, sobretudo nos "targets" mais interessantes sob o ponto de vista comercial.

O share anual passou de 21,1% para 23,8%, com uma média de 25% no último trimestre, época particularmente relevante em termos de receitas.

Por outro lado, e a despeito do cenário macro-económico recessivo, em 2003 assistiu-se a uma ligeira retoma do mercado publicitário, cifrando-se o seu crescimento em cerca de 3,5% em geral e 6% no investimento publicitário nos canais abertos de Televisão.

O valor do investimento publicitário na Televisão atingiu respectivamente os 322,5 ou 306 milhões de Euros, conforme se inclui ou exclui o investimento nos canais de cabo.

A facturação bruta da RTP no Canal 1 cresceu 19,7%, correspondendo a uma quota de mercado de 18,38%, o que representa uma subida de 2 pontos em relação ao ano anterior. Se se considerar apenas o número dos canais generalistas, a RTP conseguiu uma quota de 19,39%, 2,2% acima de 2002.

O crescimento das receitas líquidas, face à política de redução de descontos praticada, cresceu ainda mais – 23,5% – o que mais do que compensou uma ligeiríssima redução das receitas obtidas pelos restantes canais decorrente, essencialmente, da reestruturação da grelha sofrida na generalidade deles.

O acréscimo total de proveitos foi ainda influenciado por um ligeiro aumento da indemnização compensatória – 7,3 milhões de Euros – e uma pequena redução dos outros proveitos, resultante essencialmente do termo do contrato de prestação de serviços à SPORT TV, que passou a dispor de instalações próprias.

■ REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

A redução dos custos operacionais constituiu, porém, o principal sucesso do exercício. O objectivo orçamental, que foi atingido, apontava para nova redução superior a 50 milhões de Euros, o que obrigava a um esforço sistemático de controlo em todas as áreas.

A contribuição dos custos de grelha foi a menor. De facto, após a redução já efectuada em 2002, a redução de custos prevista resultou exclusivamente da possibilidade de renegociar alguns dos direitos de transmissão de eventos desportivos, tais como jogos de futebol e competições automobilísticas.

Já a contribuição dos custos de pessoal foi mais significativa, decorrendo em especial do esforço de redução do quadro e do recurso ao trabalho extraordinário. Os custos de pessoal foram ainda beneficiados por uma rubrica que se encontra contabilizada em resultados extraordinários, e que resultou da redução das provisões para encargos com reforma e cuidados de saúde. Também aqui se reflecte não só o fenómeno da redução de efectivos, mas igualmente a redução do salário e idade média dos trabalhadores ao serviço da empresa.

Mas foi nos fornecimentos e serviços de terceiros que a atitude generalizada de grande contenção se manifestou de forma mais efectiva.

Claro que uma contribuição importante proveio da redução dos custos com a distribuição do sinal televisivo, e como consequência da suscitada intervenção do regulador e da renegociação que por esse motivo foi possível fazer com a Portugal Telecom. Mas não só; de forma sistemática, foi ainda possível renegociar custos com vigilância e segurança, higiene e limpeza, controlar os custos com comunicações, deslocações, despesas de representação, consumos diversos, etc. A progressiva redução de pessoal e de instalações utilizadas também contribuiu, de forma indirecta, para o efeito pretendido.

RESULTADO OPERACIONAL

milhares de euro

	2001	2002	2003
PROVEITOS OPERACIONAIS	132,201	150,791	162,580
Prestação de serviços	50,425	48,772	53,356
Proveitos suplementares	7,306	8,666	8,928
Outros proveitos	2,242	1,959	1,593
Indemnização compensatória	72,228	91,394	98,703
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	320,044	257,470	221,420
Custo dos produtos consumidos	137,629	111,480	98,725
Fornecimentos e serviços	64,066	63,194	50,610
Custos de pessoal	115,007	78,932	66,509
Impostos indirectos	2,358	2,974	4,566
Outros custos	984	890	1,010
CASH FLOW OPERACIONAL	-187,843	-106,679	-58,840
Amortizações	11,236	13,371	12,889
Provisões	11,193	17,855	1,757
CUSTOS TOTAIS	342,473	288,696	236,066
RESULTADO OPERACIONAL	-210,272	-137,905	-73,486

■ CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPADAS

Também a contribuição das empresas participadas teve um efeito decisivo na evolução positiva dos resultados de exploração.

De facto, a alienação ou liquidação da generalidade das empresas participadas permitiu eliminar contribuições negativas significativas, como a que se verificava ainda em 2002, no montante de cerca de 25 milhões de Euros.

Por outro lado, a transformação da RTP numa sociedade holding e beneficiando da contribuição da RDP, acabou por ver as suas perdas de exploração reduzidas pelo valor dos resultados de exploração da própria RDP. Mas também a recém-criada RTP-Meios de Produção gerou um pequeno resultado positivo – cerca de 100 mil Euros –, e somente a EBS 2004, por força do desenvolvimento normal da sua operação – os proveitos obtidos concentram-se em 2004, ano do Campeonato Europeu de Futebol – gerou uma contribuição negativa da ordem dos 100 mil Euros.

O impacto conjugado das duas situações produziu uma melhoria dos resultados de exploração superior a 37 milhões de Euros.

32 ■ 33

03. RESULTADOS FINANCEIROS

Embora concluída a reestruturação financeira da Empresa durante o exercício, a evolução dos resultados financeiros foi ainda negativa, não só por força do agravamento do nível médio da dívida, em consequência dos resultados negativos do ano anterior que mais do que compensou a redução das taxas de referência e o comportamento favorável esperado do Euro em relação ao Dólar, como essencialmente pelo facto de ter sido amortizado o valor capitalizado e referente às operações de financiamento, agora substituídas por um único financiamento com maturidade mais longa e custo mais baixo.

Embora se projecte para 2004 uma redução dos custos financeiros da ordem dos 15 milhões de Euros, a amortização de mais de seis milhões capitalizados em exercícios anteriores, referente a financiamentos substituídos no exercício, acabou por reflectir-se nos resultados financeiros do exercício, que pioraram ligeiramente em relação ao ano anterior, passando de 38,8 para 40,7 milhões de Euros.

04. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados do exercício foram ainda substancialmente afectados por um resultado extraordinário positivo de elevado valor. Cerca de 38 milhões estão associados à alienação da participação na SPORT TV (cerca de 30 milhões de Euros de mais valias e o restante resultante da anulação de provisões constituídas para as perdas verificadas nos exercícios anteriores)

Outros factores associados à reestruturação contribuíram igualmente para o resultado apurado. Pelo seu significado, merecem especial realce os ganhos actuariais associados à redução do quadro da RTP, bem como a anulação da provisão que havia sido constituída para a insuficiência do Fundo de Pensões da RDP. A transferência para a Caixa Geral de Aposentações da responsabilidade respectiva, mediante a entrega do seu valor em caixa, permitiu a libertação da respectiva provisão.

Mas ainda outras regularizações produziram resultados positivos: o acerto de contas com a PT, a reconciliação com os valores contabilísticos do inventário físico do imobilizado concluído no final de 2002 e que permitiu anular, numa parte substancial a provisão constituída e, finalmente, a reconciliação de saldos de clientes da RTC, que permitiu igualmente a recuperação de activos já provisionados.

Os prejuízos de liquidação da EDIPIM, FO&CO e NTV encontravam-se devidamente provisionados, razão por que não tiveram reflexo negativo nas contas do exercício.

RESULTADO LIQUIDO

milhares de euro

	2001	2002	2003
RESULTADO OPERACIONAL	-210,272	-137,905	-73,486
CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS	-14,717	-44,321	12,658
Ganhos com participações	-6,500	-7,083	13,342
Perdas ou provisões com participações	-8,217	-37,238	-684
RESULTADOS FINANCEIROS	-43,329	-38,796	-40,720
Proveitos financeiros	662	3,749	5,804
Custos financeiros	-43,991	-42,545	-46,524
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	6,054	-7,027	68,877
Proveitos extraordinários	10,131	60,621	111,794
Custos extraordinários	-4,077	-67,648	-42,917
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	-241	-221	-167
RESULTADO LIQUIDO	-262,505	-228,270	-32,838

05. ANÁLISE DE BALANÇO

O exercício de 2003 foi marcado pela outorga do Acordo de Reestruturação Financeira com o Estado, que irá permitir a inversão da tendência, evidenciada nos últimos anos, de forte degradação dos capitais próprios da Empresa.

O passivo total apenas cresceu na mesma dimensão do activo e fruto do pagamento, já em 2004, de cerca de 26 milhões de Euros, do aumento do capital previsto para o final do ano. Com a realização integral do aumento de capital, não só o activo se reduziu desse montante como, de igual modo, o passivo financeiro, que assim regressou aos níveis de Dezembro de 2002.

Saliente-se, no entanto, que tal ocorre após total regularização dos saldos já vencidos de fornecedores que, por esse motivo, foram reduzidos em mais de 100 milhões de Euros.

De resto, os capitais próprios só não cresceram porquanto se procedeu à regularização do IVA incidente sobre as Indemnizações Compensatórias, do qual resultou numa dívida ao Estado superior a trinta milhões de Euros e a correspondente redução da situação líquida.

No entanto, nos termos do Acordo de Reestruturação Financeira, está já prevista a atribuição de uma dotação de capital que compensará a Empresa da redução do valor líquido das Indemnizações Compensatórias, resultante da sua tributação em IVA.

Igualmente prevista no Acordo – e já concretizada a 25 de Fevereiro de 2004 – a conversão em capital do empréstimo do Fundo de Regularização da Dívida Pública, contribuirá igualmente para um reforço substancial dos capitais próprios.

Como nota final sobre o Balanço, merece ainda destaque o aumento substancial do prazo de maturidade da dívida resultante da consolidação da dívida financeira, através da obtenção de um financiamento de 800 milhões de Euros, com um prazo de maturidade de 10 anos e 8,5 de vida média.

ESTRUTURA DO BALANÇO

milhares de euro

	2001	2002	2003	2003(a)
IMOBILIZADO	198,801	196,352	239,688	187,618
Incorpóreo	121,245	121,564	122,353	122,353
Corpóreo	76,578	73,671	58,267	58,267
Financeiro	978	1,117	59,068	6,998
CIRCULANTE	17,584	24,219	60,102	33,168
Existências	88,766	74,265	52,559	52,559
Clientes	19,882	31,985	17,518	17,518
Outros devedores e credores	26,536	34,294	51,504	51,504
Sector público	6,835	17,540	-4,605	-31,539
Fornecedores correntes	-104,065	-114,833	-43,344	-43,344
Fornecedores de imobilizado	-20,370	-19,032	-13,530	-13,530
ACRÉSCIMOS E DEFERIMENTOS	-44,734	-91,785	-31,624	-31,624
Activo	96,919	9,126	20,838	20,838
Passivo	-141,653	-100,911	-52,462	-52,462
CAPITAL INVESTIDO	171,651	128,786	268,166	189,162
PASSIVO FINANCEIRO	792,700	953,709	1,132,546	988,263
Médio e longo prazo	423,379	503,584	1,073,299	955,950
Curto prazo	369,321	450,125	59,247	32,313
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	151,780	160,708	124,086	124,086
CAPITAIS PRÓPRIOS	-772,829	-985,631	-988,466	-923,187

(a) Corrigido das operações de recapitalização realizadas em Fevereiro de 2004 e referentes a 2003 e excluindo o efeito da integração da RDP

06. PERSPECTIVAS

O exercício de 2004 constitui mais um passo no processo de reestruturação da Empresa. A mudança de instalações e a introdução de serviços partilhados de suporte representam um desafio assinalável à execução orçamental.

Aliás, as metas orçamentais são cada vez mais exigentes, ao mesmo tempo que os patamares de audiência atingidos colocam desafios de qualidade complexos.

Não sendo ainda o break even o objectivo do exercício, deverá prosseguir o esforço de recuperação iniciado em 2002, sendo marginais as eventuais perdas do exercício.

Espera-se, por isso, um substancial reforço dos capitais próprios decorrentes das dotações de capital previstas, no montante de 99,2 milhões de Euros, às quais acresce a conversão do empréstimo do F.R.D.P. no montante de 117,6 milhões de Euros.

07. ARTIGO 35º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES

O Acordo de Reestruturação Financeira outorgado com o Estado garante a adequada e progressiva capitalização da Empresa, assegurando, em caso de cumprimento das metas orçamentais, o cumprimento pontual do serviço da dívida. Não permite, no entanto, resolver em definitivo o problema resultante da aplicação do artº 35 do Código das Sociedades, na redacção do artº 1º do Decreto-Lei nº 162/2002 de 11 de Julho.

Em função da evolução legislativa, e consciente da situação, o Conselho de Administração não deixará de submeter em tempo útil ao Accionista, propostas de resolução do problema.

08. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

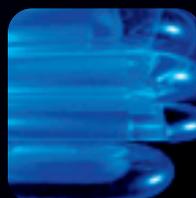
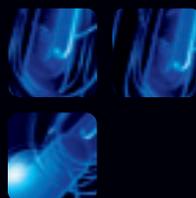
Nos termos estatutários, o Conselho de Administração propõe que o Prejuízo Líquido do Exercício de 2003 apurado, no montante de trinta e dois milhões oitocentos e trinta e oito mil Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.



RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL

04.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RELATÓRIO E CONTAS **2003**



■ BALANÇO SINTÉTICO

Em Dezembro de 2003 e Dezembro de 2002
Montantes expressos em Euro

ACTIVO	Exercícios 2003			Exercícios 2002
	A.B.	A.P.	A.L.	A.L.
IMOBILIZADO:				
Imobilizações incorpóreas	2,738	1,888	850	19
Imobilizações corpóreas	167,348	109,081	58,267	73,671
Investimentos financeiros	59,155	87	59,068	1,117
	<u>229,241</u>	<u>111,056</u>	<u>118,185</u>	<u>74,807</u>
CIRCULANTE				
Existências	194,384	20,322	174,062	195,810
Dívidas de terceiros:				
Médio e longo prazo	2,400	0	2,400	0
Curto prazo	132,668	35,283	97,385	87,320
Títulos negociáveis	0	0	0	0
Depósitos bancários e caixa	1,894	0	1,894	25,312
	<u>331,346</u>	<u>55,605</u>	<u>275,741</u>	<u>308,442</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	949	0	949	725
Custos diferidos	19,889	0	19,889	8,401
	<u>20,838</u>	<u>0</u>	<u>20,838</u>	<u>9,126</u>
TOTAL DO ACTIVO	<u>581,425</u>	<u>166,661</u>	<u>414,764</u>	<u>392,375</u>

As Notas Anexas fazem parte integrante deste Balanço

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CAPITAL PRÓPRIO
E PASSIVO

	Exercícios 2003	Exercícios 2002
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	367,170	297,541
Prémios de emissão de acções	0	0
Reservas de reavaliação	11,829	12,249
Reservas legais	2	2
Restantes reservas e outros capitais próprios	132,611	132,545
Resultados transitados	[1,467,240]	[1,199,699]
Subtotal	(955,628)	(757,362)
Resultado líquido do exercício	[32,838]	[228,270]
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	(988,466)	(985,632)
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos	124,086	140,708
DÍVIDAS A TERCEIROS:		
Médio e longo prazo	962,468	644,469
Curto prazo	264,214	471,919
	1,350,768	1,277,096
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
Acréscimos de custos	51,853	100,531
Proveitos diferidos	609	380
	52,462	100,911
TOTAL DO PASSIVO	1,403,230	1,378,007
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	414,764	392,375

As Notas Anexas fazem parte integrante deste Balanço

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

■ BALANÇO ANALÍTICO

Em Dezembro de 2003 e Dezembro de 2002

Montantes expressos em milhares de Euro

ACTIVO	Exercícios 2003			Exercícios 2002
	A.B.	A.P.	A.L.	A.L.
IMOBILIZADO:				
■ IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
Despesas de instalação	1,794	1,794	0	5
Despesas de investigação e desenvolvimento	104	94	10	14
Propriedade industrial e outros direitos	0	0	0	0
Trespases	0	0	0	0
Imobilizações em curso	840		840	0
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0		0	0
	2,738	1,888	850	19
■ IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
Terrenos e recursos naturais	5,994	0	5,994	6,094
Edifícios e outras construções	37,263	15,878	21,385	22,514
Equipamento básico	102,307	78,229	24,078	35,824
Equipamento de transporte	4,198	3,141	1,057	1,658
Ferramentas e utensílios	217	214	3	13
Equipamento administrativo	14,333	10,066	4,267	5,904
Taras e vasilhame	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	1,578	1,553	25	32
Imobilizações em curso	1,440		1,440	1,614
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	18		18	18
	167,348	109,081	58,267	73,671
■ INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
Partes de capital em empresas do grupo	52,070	0	52,070	651
Empréstimos a empresas do grupo	3,226	0	3,226	65
Partes de capital em empresas associadas	0	0	0	0
Empréstimos a empresas associadas	0	0	0	8
Títulos e outras aplicações financeiras	3,859	87	3,772	393
Outros empréstimos concedidos	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0		0	0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0		0	0
	59,155	87	59,068	1,117
CIRCULANTE:				
■ EXISTÊNCIAS:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	54,071	1,512	52,559	74,265
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	140,313	18,810	121,503	121,545
	194,384	20,322	174,062	195,810
■ DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:				
Clientes, c/c	0	0	0	0
Empresas do grupo	0	0	0	0
Empresas participadas e participantes	0	0	0	0
Outros accionistas (sócios)	0	0	0	0
Outros devedores	2,400	0	2,400	0
Subscritores de capital	0	0	0	0
	2,400	0	2,400	0
■ DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:				
Clientes, c/c	18,973	1,455	17,518	31,855
Clientes cobrança duvidosa	19,131	19,131	0	130
Empresas do grupo	27,993		27,993	10,141
Outros accionistas	0		0	0
Adiantamentos a fornecedores	963		963	251
Estado e Outros Entes Públicos	0		0	21,041
Subscritores de Capital	26,934		26,934	0
Outros devedores	38,674	14,697	23,977	23,902
	132,668	35,283	97,385	87,320
■ TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:				
Acções em empresas do grupo	0	0	0	0
Obrigações e títulos de partic. empresas do grupo	0	0	0	0
Acções em empresas associadas	0	0	0	0
Obrigações e títulos de partic. empresas associadas	0	0	0	0
Outros títulos negociáveis	0	0	0	0
Outras aplicações de tesouraria	0	0	0	0
	0	0	0	0
■ DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:				
Depósitos bancários	1,731		1,731	24,922
Caixa	163		163	390
	1,894		1,894	25,312
■ ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de proveitos	949		949	725
Custos diferidos	19,889		19,889	8,401
	20,838		20,838	9,126
TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES		111,056		
TOTAL DE PROVISÕES		55,605		
TOTAL DO ACTIVO	581,425	166,661	414,764	392,375

As Notas Anexas fazem parte integrante deste Balanço

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Exercícios 2003	Exercícios 2002
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	367,170	297,541
Acções (quotas) próprias - Valor nominal	0	0
Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios	0	0
Prestações suplementares	122,682	122,682
Prémios de emissão de acções (quotas)	0	0
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	45	(63)
Reservas de reavaliação	11,829	12,249
■ RESERVAS:		
Reservas legais	2	2
Reservas estatutárias	1,523	1,524
Reservas contratuais	0	0
Outras reservas	8,361	8,402
Resultados Transitados	(1,467,240)	(1,199,699)
Subtotal	(955,628)	(757,362)
Resultado líquido do exercício	(32,838)	(228,270)
Dividendos antecipados	0	0
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	(988,466)	(985,632)
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões	66,668	75,418
Provisões para impostos	13,705	13,705
Outras provisões para riscos e encargos	43,713	71,585
	124,086	160,708
■ DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:		
Empréstimos por obrigações		
Convertíveis	0	0
Não convertíveis	0	0
Empréstimos por títulos de participação	0	0
Dívidas a instituições de crédito	955,950	503,584
Fornecedores, c/c	0	0
Fornecedores imobilizado c/c	6,518	0
Empresas participadas e participantes	0	0
Outros accionistas (sócios)	0	0
Outros empréstimos obtidos	0	106,378
Estado e outros entes públicos	0	0
Outros credores	0	34,507
	962,468	644,469
■ DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
Empréstimos por obrigações		
Convertíveis	0	0
Não convertíveis	0	0
Empréstimos por títulos de participação	0	0
Dívidas a instituições de crédito	61,141	312,221
Adiantamentos por conta de vendas	0	0
Fornecedores, c/c e Tit. a pagar	33,947	102,154
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	8,583	12,447
Empresas do grupo	0	232
Empresas participadas e participantes	0	0
Outros accionistas (sócios)	0	0
Adiantamentos de clientes	814	1
Outros empréstimos obtidos	117,349	0
Fornecedores de imobilizado, c/c	7,012	19,032
Estado e outros entes públicos	31,539	3,501
Outros credores	3,829	22,331
	264,214	471,919
■ ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
Acréscimos de custos	51,853	100,531
Proveitos diferidos	609	380
	52,462	100,911
TOTAL DO PASSIVO	1,403,230	1,378,007
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	414,764	392,375

As Notas Anexas fazem parte integrante deste Balanço

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

■ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em Dezembro de 2003 e Dezembro de 2002

Montantes expressos em milhares de Euro

CUSTOS E PERDAS

	Exercícios 2003		Exercícios 2002	
■ CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS:				
Mercadorias	0		0	
Matérias	98,734	98,734	111,480	111,480
Fornecimentos e serviços externos		50,610		64,181
■ CUSTOS COM O PESSOAL:				
Remunerações	44,808		51,657	
Encargos sociais:				
Pensões	6,213		5,560	
Outros	15,488	66,509	21,715	78,932
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	12,889		13,371	
Provisões	1,757	14,646	17,855	31,226
Impostos	4,566		2,974	
Outros custos e perdas operacionais	1,010	5,576	890	3,864
(A)		236,075		289,683
Perdas em empresas do grupo e associadas	102		7,362	
Amortizações e provisões de aplicações e invest. financeiros	582		37,241	
Juros e custos similares - outros				
Relativos a empresas do grupo	0		0	
Outros	46,524	47,208	42,543	87,146
(C)		283,283		376,829
Custos e perdas extraordinários		42,917		67,648
(E)		326,200		444,477
Imposto sobre o rendimento do exercício		167		221
(G)		326,367		444,698
Resultado líquido do exercício		-32,838		-228,270
		293,529		216,428

PROVEITOS E GANHOS

	Exercícios 2003		Exercícios 2002	
Vendas:				
Mercadorias	0		0	
Produtos	59		49	
Prestações de serviços	53,297	53,356	48,723	48,772
Variação da produção		0		0
Trabalhos para a própria empresa		9		988
Proveitos suplementares	8,928		8,666	
Subsídios à exploração	98,703		91,394	
Outros proveitos e ganhos operacionais	1,593	109,224	1,959	102,019
(B)		162,589		151,779
Ganhos em empresas do grupo e associadas	13,342		278	
Rendimentos de participações de capital	0		0	
Rendimentos de tít. negociáveis e de outras aplic. financeiras:				
Relativos a empresas do grupo	0		0	
Outros		25		27
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo	0		0	
Outros	5,779	19,146	3,723	4,028
(D)		181,735		155,807
Proveitos e ganhos extraordinários		111,794		60,621
(F)		293,529		216,428

RESUMO:

RESULTADOS OPERACIONAIS: (B) - (A) =	-73,486	-137,904
RESULTADOS FINANCEIROS: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =	-28,062	-83,118
RESULTADOS CORRENTES: (D) - (C) =	-101,548	-221,022
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: (F) - (E) =	-32,671	-228,049
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F) - (G) =	-32,838	-228,270

As Notas Anexas fazem parte integrante desta Demonstração dos Resultados por Naturezas

■ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

Montantes expressos em milhares de Euro

	Exercícios 2003	Exercícios 2002
Vendas e prestações de serviços	152,019	139,531
Custo das vendas e das prestações de serviços	(176,892)	(213,630)
RESULTADOS BRUTOS	(24,874)	(74,099)
Outros proveitos e ganhos operacionais	23,469	36,707
Custos de distribuição	0	0
Custos administrativos	(52,544)	(67,995)
Outros custos e perdas operacionais	(6,269)	(38,023)
RESULTADOS OPERACIONAIS	(60,218)	(143,410)
Custo líquido do financiamento	(39,665)	(40,056)
Ganhos (Perdas) em filiais e associadas	60,548	(45,408)
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	(433)	825
RESULTADOS NÃO USUAIS	7,098	0
RESULTADOS CORRENTES	(32,671)	(228,049)
Impostos sobre os resultados correntes	(167)	(221)
RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS	(32,838)	(228,270)
Resultados Extraordinários	0	0
Impostos sobre os resultados extraordinários	0	0
RESULTADOS LÍQUIDOS	(32,838)	(228,270)
Resultados por acção		

As Notas Anexas fazem parte integrante desta Demonstração dos Resultados por Funções

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



■ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

Montantes expressos em milhares de Euro

	Exercícios 2003	Exercícios 2002
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	144,786	55,407
Pagamentos a fornecedores	(199,367)	(170,759)
Pagamentos ao pessoal	(87,131)	(85,195)
Fluxos gerados pelas operações	(141,712)	(200,547)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(431)	(736)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à act. operacional	(39,467)	128,590
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(39,898)	127,854
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	103	47
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(530)	(25,071)
	(427)	(25,024)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)	(182,037)	(97,717)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
■ RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Investimentos financeiros		1
Imobilizações corpóreas	21	47
Imobilizações incorpóreas		0
Subsídios de investimento		18
Juros e proveitos similares	565	492
Dividendos		0
	586	558
■ PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Investimentos financeiros	(15,392)	(7,304)
Imobilizações corpóreas	(5,636)	(4,522)
Imobilizações incorpóreas		0
	(21,028)	(11,826)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	(20,442)	(11,268)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
■ RECEBIMENTOS RESPEITANTES A:		
Empréstimos obtidos	1,273,789	768,398
Aum. de capital, prest. suplementares e prémios de emissão	13,066	0
Subsídios e doações		0
Venda de acções (quotas) próprias		0
Cobertura de prejuízos		0
	1,286,855	768,398
■ PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Empréstimos obtidos	(1,073,141)	(602,860)
Amortizações contratos de locação financeira	(1,361)	(5,527)
Juros e custos similares	(36,033)	(28,928)
Reduções de capital e prestações suplementares		0
Dividendos		0
Aquisições de acções (quotas) próprias		0
	(1,110,535)	(637,315)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	176,320	131,083
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(26,159)	22,098
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO	2,741	507
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	25,312	2,707
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	1,894	25,312

As Notas Anexas fazem parte integrante desta Demonstração dos Fluxos de Caixa

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

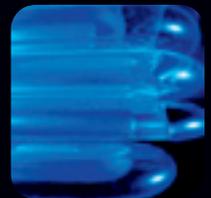


RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL

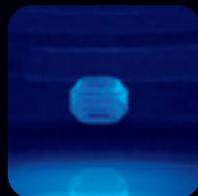


05.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RELATÓRIO E CONTAS **2003**



■ RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em milhares de Euro)

01. AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTES DE CAPITAL

Relativamente a aquisições e alienações de Partes de Capital em filiais e associadas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 é de referir o seguinte:

PREÇO TOTAL DAS AQUISIÇÕES:

Aquisição de participação da RTP Meios	500
Aquisição de participação da RDP	28.085
Aquisição de participação na TVC-Angola	19
Prestações suplementares à Porto TV	10.000
Prestações suplementares à Fo&Co	7.000
Prestações suplementares à Sport TV	2.000
Fundo de Títulos Imobiliários	3.383
	<hr/> 50.987

PREÇO TOTAL DAS ALIENAÇÕES:

Alienação da Sport TV	32.600
	<hr/> 32.600

PARTE DAS AQUISIÇÕES PAGAS POR MEIO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES:

Aquisição da RTP Meios	500
Prestações Suplementares Sport TV	2.000
Prestações Suplementares Porto TV	5.670
Prestações Suplementares Fo&Co	3.839
Fundo de Títulos Imobiliários	3.383
	<hr/> 15.392

02. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, bem como a conciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes no balanço naquela data, são como segue:

	2003	2002
NUMERÁRIO		
Caixa	163	390
DEPÓSITOS BANCÁRIOS MOBILIZÁVEIS		
Depósitos à Ordem	1.731	24.922
Depósitos a prazo	0	0
Outros depósitos	0	0
EQUIVALENTES A CAIXA		
Descobertos bancários	0	0
Títulos negociáveis	0	0
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	1.894	25.312
OUTRAS DISPONIBILIDADES		
Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00
DISPONIBILIDADES DO BALANÇO	1.894	25.312

03. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os valores dos recebimentos e pagamentos de empréstimos obtidos verificados durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 a seguinte composição:

RECEBIMENTOS RELATIVOS A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Banco Nacional Ultramarino	10.000
Banco Comercial Português	107.700
Caja Madrid	119.808
Banco Efisa	205.000
Depfa Bank PLC	800.000
Outros Empréstimos Bancários	31.281
	1.273.789

PAGAMENTOS RELATIVOS A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Caixa Geral de Depósitos	8.604
Banco Nacional Ultramarino	33.494
Banco Comercial Português	183.639
Caja Madrid	149.760
Banco Efisa	310.000
Credit Suisse Financial Products	54.868
ABN AMRO Bank	160.000
Merrill Lynch Capital Services, Inc.	55.000
Bankgesellschaft Berlin AG.	55.367
Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	17.494
Banque Generale du Luxembourg, S.A.	24.940
Depfa Bank PLC	10.000
Outros Empréstimos Bancários	9.976
	<u>1.073.141</u>

Lisboa, 12 de Maio de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

■ ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em milhares de Euro)

INTRODUÇÃO

A RTP foi constituída em 1955, tendo como objecto a exploração, mediante concessão outorgada pelo Estado, do Serviço Público de Televisão e bem assim a cedência de tempo das suas emissões, a emissão de televisão com inclusão de publicidade, venda e aluguer de filmes com programas.

Em Agosto de 2003, através da Lei n.º 33/2003 que aprovou a reestruturação do sector empresarial do Estado na área do audiovisual, a Radiotelevisão Portuguesa, S.A. foi transformada em sociedade gestora de participações sociais com capitais exclusivamente públicos, passando a denominar-se Rádio e Televisão de Portugal, S.G.P.S., S.A.. A RTP SGPS tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, de modo particular em sociedades com capital total ou parcialmente público que desenvolvam actividade nos domínios da comunicação social, do multimedia, da comunicação online e da produção de conteúdos. Para além do objecto principal, para o qual a SGPS foi criado é de salientar o facto de durante o período de Agosto a Dezembro 2003, esta ter ficado responsável pelo serviço público de Televisão.

A Lei acima referida decretou ainda:

1. a criação da sociedade Radiotelevisão Portuguesa – Serviço Público de Televisão, S.A., de capitais exclusivamente públicos, constituída por cisão legal e consequente destaque de parte do património da RTP SGPS. Esta empresa iniciou a sua actividade em 1 de Janeiro de 2004 e tem por objecto principal o exercício da actividade de televisão nos domínios da emissão e produção de programas, bem como a exploração do serviço público de televisão, nos termos da Lei da Televisão, podendo ainda prosseguir quaisquer outras actividades, comerciais ou industriais, relacionadas com a actividade de televisão.
2. a extinção da sociedade Portugal Global, S.G.P.S., S.A. e a transferência dos seus activos e passivos para a RTP SGPS, com excepção das participações no capital da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A. e da RTP SGPS, as quais foram transferidas para o Estado.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o POC, sendo omitidas as que não têm aplicação, ou não são relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

01. Indicação e justificação das disposições do POC que, em casos excepcionais, foram derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa

As Demonstrações Financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos Portugueses definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo decreto-lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, modificado pelo decreto-lei n.º 238/91, de 2 de Julho, e demais legislação portuguesa, tendo a sua preparação obedecido à convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, prudência, especialização de exercícios (ou do acréscimo), materialidade e substância sobre a forma.

A Demonstração dos Resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística n.º 20, aprovada em Junho de 1997 e publicada no Diário da República II série, de 5 de Agosto de 1997,

a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

No ano 2003, não existiram interrogações ao POC.

02. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Em resultado do mencionado anteriormente, foram alterados alguns critérios de contabilização, os quais dificultam a comparação entre demonstrações financeiras de anos consecutivos, nomeadamente:

a) Arquivo Histórico (Nota 34)

Os direitos sobre programas de propriedade plena já exibidos encontram-se relevados no balanço em rubrica própria de existências, pelo valor líquido de 121.503 milhares de Euro. Este activo encontra consignada a sua venda ao Estado conforme referido no Acordo de Reestruturação Financeira de 22 de Setembro de 2003, na sua alínea 5ª, pelo valor compreendido entre 110 e 150 milhões de Euro, venda essa a concretizar-se em qualquer momento com data limite de efectivação de 15 de Julho 2013.

Caso o Estado optasse pela aquisição na data limite, o valor actual de realização, considerando o actual custo de capitais da empresa (taxa Euribor com spread de 0,15% do empréstimo DEPFA), seria de 101 milhões de Euro.

Desta forma, os direitos sobre programas exibidos durante o exercício de 2003, plenamente detidos pela RTP, não foram valorizados de acordo com o critério adoptado em exercícios anteriores, não tendo igualmente sido acrescidas no exercício as provisões constituídas para a sua depreciação, permanecendo apenas os montantes provisionados em anos anteriores.

b) Concessão de Rappel relativo a publicidade concedido a clientes

Em 2003, a RTP passou a considerar a atribuição de Bónus e Premios por volume de negócios (prática anteriormente seguida pela RTC em anos anteriores). Desta forma, estes elementos atribuídos pelos varios agentes emissores de publicidade são apurados em função do volume de negócio canalizado por intermédio da Sociedade e são reconhecidos contabilisticamente com base nos valores do exercício a que dizem respeito.

03. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da empresa e a partir dos seus livros e registos contabilísticos, escriturados de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas (Notas 8 e 10)

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas basicamente por despesas de constituição (aumentos de capital).

Estas imobilizações são amortizadas em duodécimos pelo método das quotas constantes durante 5 anos.

b) Imobilizações corpóreas (Notas 10, 12, 13, 14, 15, 46 e 48)

As imobilizações corpóreas são valorizadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais, com base nos coeficientes oficiais de desvalorização monetária.

As amortizações são calculadas por duodécimos sobre o valor do custo histórico ou reavaliado, de acordo com o método das quotas constantes e com os critérios estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, que traduzem, de forma razoável a vida útil esperada para os referidos bens.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	25-50
Equipamento Básico	5-20
Equipamento de Transporte	4-8
Ferramentas e Utensílios	5
Equipamento Administrativo	7-10
Outras Imobilizações Corpóreas	10

c) Subsídio para financiamento de imobilizações corpóreas (Nota 48)

Os subsídios recebidos para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo como proveitos diferidos, e reconhecidos em resultados na proporção das amortizações do imobilizado subsidiado.

d) Locação financeira (Notas 10, 14 e 15)

Os contratos de locação financeira são registados, desde a data do seu início, como activo imobilizado corpóreo, por contrapartida da rubrica de fornecedores de imobilizado, pelo custo de aquisição dos bens locados. Os bens locados são amortizados de acordo com as taxas referidas na Nota 3.b).

As rendas relativas a estes contratos são registadas como redução daquela responsabilidade e como custos financeiros, na parcela de juros.

e) Investimentos financeiros (Notas 10, 12, 13, 16, 34, 45 e 46)

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, com excepção das empresas Multifusão, que se encontra inactiva, RTC e PORTO TV que se encontram em liquidação.

Os resultados líquidos apurados pelas empresas participadas são registados a partir da data do apuramento como ganho ou perda na demonstração de resultados.

Os custos de aquisição são assim acrescidos no montante correspondente à proporção nas variações positivas do capital próprio da participada, e reduzidos no valor correspondente à proporção nas variações negativas de capital

próprio até ao limite do saldo da conta, sendo constituída uma provisão para outros riscos e encargos sempre que tal se revele adequado, ajustando as partes de capital quando este se torna inferior ao registado na contabilidade, por forma a cobrir as responsabilidades da empresa nas variações negativas do capital próprio da participada.

As prestações acessórias concedidas a empresas de grupo e associadas são registadas ao valor nominal na rubrica "Investimentos Financeiros – Empréstimos de Financiamento", sendo o seu valor igualmente ajustado através da aplicação do método de equivalência patrimonial.

f) Existências

1) Matérias-primas Subsidiárias e de Consumo (Notas 41 e 46)

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, com exclusão das existências de programas a exhibir, encontram-se valorizadas ao preço de aquisição, acrescido dos custos relativos às importações, tais como despesas de desalfandegamento, fretes, seguros e outras.

No que se refere especificamente aos programas em carteira, estes foram valorizados por imputação dos seus custos directos externos, tendo sido excluídos os custos directos internos da sua valorização. Os contratos de produção externa, co-produção, produção própria, filmes estrangeiros, séries e direitos de exibição de eventos desportivos foram considerados nas rubricas de acréscimo de custos quando não estejam facturados pelo fornecedor e desde que se cumpra um dos seguintes requisitos:

- ocorra o início dos pagamentos estipulados no contrato,
- ocorra a constituição inequívoca da dívida,
- ocorra o início do período de licenciamento da exibição,

fazendo parte da carteira de programas, desde que não exibidos até à data de 31 de Dezembro de 2003, e constituindo programas e direitos de exibição a utilizar na programação televisiva futura.

2) Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos - Direitos sobre Programas exibidos

Os direitos sobre programas de propriedade plena já exibidos encontram-se relevados em rubrica própria de Existências. O seu valor não foi alterado em 2003 em virtude de estar garantida a sua alienação na alínea 5ª do Acordo de Reestruturação Financeira de 22 de Setembro de 2003.

g) Provisão para depreciação de existências

1) Matérias-primas Subsidiárias e de Consumo (Notas 34 e 46)

A provisão inclui o valor dos materiais sem utilização prevista, por motivos de obsolescência, bem como a diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao valor de aquisição.

À semelhança dos anos anteriores, este cálculo teve em conta a última data das operações de entrada ou de saída dos diferentes artigos em existências, aplicando-se a seguinte tabela percentual, que se espera traduzir o valor de realização dos referidos bens:

Até 1 ano	- Não se provisionou
Mais de 1 e até 2 anos	- Provisão a 10%
Mais de 2 e até 3 anos	- Provisão a 30%
Mais de 3 e até 4 anos	- Provisão a 60%
Mais de 4 e até 5 anos	- Provisão a 75%
Mais de 5 anos	- Provisão a 100%

2) Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos - Direitos sobre Programas exibidos (Nota 34)

Em 2003 a provisão para direitos sobre programas exibidos não foi alterada em virtude de estar garantida a alienação destes direitos no Acordo de Reestruturação Financeira de 22 de Setembro de 2003, por um preço que comporta o seu valor líquido actual.

h) Provisão para créditos de cobrança duvidosa (Notas 23, 34 e 46)

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi reforçada, com base em critérios económicos, que reflectem o valor realizável esperado desses activos, não tendo sido consideradas as dívidas de entidades com as quais a RTP tem relações continuadas e entidades oficiais.

i) Provisão para processos em contencioso (Nota 34)

A provisão para processos intentados contra a RTP, em contencioso à data de 31 de Dezembro de 2003 foi constituída com base na informação disponível acerca dos processos em tribunal, não transitados naquela data.

j) Pensões de reforma e responsabilidades com cuidados de saúde (Notas 34 e 46)

A responsabilidade da empresa com pensões, reformas e cuidados de saúde dos empregados no activo, pré-reformados e reformados, são determinadas com base em estudos actuariais, elaborados por uma empresa independente de actuários.

Para cobertura destas responsabilidades são registadas provisões específicas para pensões, reformas e cuidados médicos futuros, de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19.

Os custos com pensões e reformas registados no exercício de 2003 foram incluídos na rubrica de custos com pessoal e tiveram por base o estudo actuarial constante do relatório do actuário independente, tendo a seguinte composição:

PENSIONISTAS:

Pensões pagas em 2003	(4.476)
Provisões transferidas de novas pensões iniciadas no ano	1.236
Custo dos juros	2.287
Ganhos actuariais	(5.216)
	(6.169)

ACTIVOS:

Custo dos serviços correntes	1.054
Provisões existentes para novas pensões iniciadas no ano	(1.236)
Custo dos juros	743
Ganhos actuariais	(3.143)
	(2.582)

Os custos com cuidados médicos registados no exercício de 2003 foram reconhecidos na rubrica de custos com pessoal e tiveram por base o estudo actuarial constante do relatório do actuário independente, tendo a seguinte composição:

PENSIONISTAS:

Custos com saúde em 2003	(292)
Provisões transferidas de novas pensões iniciadas no ano	112
Custo dos juros	181
Ganhos actuariais	(211)
	(210)

ACTIVOS:

Custo dos serviços correntes	391
Provisões existentes para novas pensões iniciadas no ano	(112)
Custo dos juros	251
Ganhos Actuariais	(646)
	(116)

Os ganhos actuariais apurados nos citados relatórios foram reconhecidos na rubrica de outros proveitos extraordinários.

k) Pré-reformas (Notas 34 e 46)

Os custos de reestruturação relacionados com rescisões, pré-reformas e suspensões foram relevados nos exercícios em que os funcionários solicitaram a sua passagem a estas situações, nos exercícios de 2001 e 2002.

l) Classificação do balanço (Nota 48)

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no realizável e no passivo a médio e longo prazo.

m) Férias e subsídio de férias (Nota 48)

As férias, subsídio de férias e encargos com segurança social são registados como custo no ano em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, o valor de férias e subsídio de férias vencidos e não pagos à data do balanço, assim como o correspondente valor de encargos da entidade patronal com Segurança Social, foi estimado de acordo com a base salarial de Dezembro de 2003 e com o número de empregados no activo naquela data, e relevado na rubrica de acréscimos de custos com pessoal.

n) Instrumentos financeiros (Notas 45 e 48)

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente empréstimos bancários de médio e longo prazo e empréstimos em conta corrente de curto prazo.

Os encargos com estas operações são reconhecidos como custo do exercício durante o período a que se referem, sendo acrescidos mensalmente os custos financeiros e fiscais (imposto de selo) considerados em rubricas próprias de acréscimos de custos.

Os passivos por impostos diferidos foram calculados tendo em conta a comparação do valor contabilístico e do valor fiscal dos terrenos possuídos pela empresa e o valor não aceite fiscalmente relativo à reavaliação dos restantes activos imobilizados corpóreos.

De acordo com o previsto no ponto 24 da Directriz Contabilística n.º 28, devem ser contabilizados activos por impostos diferidos quando simultaneamente existirem passivos por impostos diferidos cuja reversão se preveja que tenha lugar no mesmo período fiscal que as diferenças temporárias dedutíveis. Contudo, tal reversão não se torna possível prever à data do Balanço.

07. Número médio de pessoas ao serviço da empresa no exercício

O número médio anual de trabalhadores ao serviço da empresa em 2003 foi de 1.407 (em 2002 foi de 1695).

08. Comentários às contas 431, Despesas de Instalação e 432, Despesas de Investigação e de Desenvolvimento (Notas 3 e 10)

A empresa tem vindo a registar nestas rubricas os seguintes activos que, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 apresentavam os seguintes saldos:

RUBRICA	2003	2002
DESPESAS DE INSTALAÇÃO:		
Desp. de Instalação com Sucursal de Moçambique	357	357
Despesas com aumento de Capital	1,437	1,437
	<u>1,794</u>	<u>1,794</u>
Amortizações Acumuladas	<u>-1,794</u>	<u>-1,789</u>
	0	5
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		
Técnicas de Alta Definição	104	104
Amortizações Acumuladas	<u>-94</u>	<u>-90</u>
	10	14
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	<u>840</u>	<u>0</u>
	840	0
TOTAL IMOBILIZADO INCORPÓREO	<u>850</u>	<u>19</u>

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo Imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões (Notas 3, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 34, 45, 46 e 48)
ACTIVO BRUTO

RUBRICAS	Saldo inicial	Reavalia./ajustam.	Aument.	Aliena.	Transferên. e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
Desp. instalação	1,794	0	0	0	0	1,794
Desp. invest. desenvolvimento	104	0	0	0	0	104
Prop. industrial e outros direitos	0	0	0	0	0	0
Trespases	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	840	0	0	840
Ad. por conta imob. incorpóreas	0	0	0	0	0	0
	1,898	0	840	0	0	2,738
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
Terrenos e recursos naturais	6,094	0	0	100	0	5,994
Edifícios e outras construções	37,609	0	0	346	0	37,263
Equipamento básico	131,776	0	876	6,200	-24,144	102,308
Equipamento de transporte	4,446	0	290	506	-32	4,198
Ferramentas e utensílios	374	0	0	3	-154	217
Equipamento administrativo	20,337	0	526	752	-5,778	14,333
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	1,578	0	0	0	0	1,578
Imobilizações em curso	1,614	0	0	0	-175	1,439
Ad. por conta imob. corpóreas	18	0	0	0	0	18
	203,846	0	1,692	7,907	-30,283	167,348
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
Partes cap. emp. do grupo	651	23,448	28,585	0	-614	52,070
Empréstimos a emp. do grupo	65	-13,154	17,000	0	-685	3,226
Partes cap. emp. associadas	0	0	2,000	2,000	0	0
Empréstimos a emp. associadas	8	0	0	8	0	0
Tít. e outras aplic. financeiras	457	0	3,402	0	0	3,859
Outros empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0
Ad. por conta invest. financeiros	0	0	0	0	0	0
	1,181	10,294	50,987	2,008	-1,299	59,155

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Investimentos Financeiros têm o seguinte detalhe:

a) Partes de capital em empresas do grupo

Os ajustamentos efectuados resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial e referem-se às seguintes situações:

Prejuízo imputável à participação na EBS 2004	(37)
Lucro imputável à participação na RTP MP	121
Lucro imputável à participação na RDP	13.222
Ajustamento de transição imputável à participação na RDP	10.142
	<hr/>
	23.448

Os aumentos ocorridos resultam de aquisições de novas participações, nomeadamente:

Aquisição de participação da RTP MP	500
Aquisição de participação da RDP	28.085
	<hr/>
	28.585

A aquisição da participação na RDP derivou da Lei 33/2003, conforme referido na introdução deste anexo, através do aumento de capital da RTP.

Os abates ocorridos resultam da liquidação das seguintes empresas do grupo:

Liquidação da EUROVIDEO	(66)
Liquidação da FO&CO (valor de participação 4,99 €)	0
Liquidação da VIVER PORTUGAL	(548)
	<hr/>
	(614)

b) Empréstimos a empresas do grupo

Os ajustamentos efectuados resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial e referem-se às seguintes situações:

Prejuízo imputável à participação na EBS 2004	(65)
Prejuízo imputável à participação na FO&CO	(6.315)
Prejuízo imputável à participação na PORTO TV	(6.774)
	<hr/>
	(13.154)

62 ■ 63

Os aumentos ocorridos resultam de prestações suplementares entregues às participadas, nomeadamente:

Prestações suplementares entregues à FO&CO	7.000
Prestações suplementares entregues à PORTO TV	10.000
	<hr/>
	17.000



Os abates ocorridos resultam da liquidação das seguintes empresas do grupo:

Liquidação da FO&CO	685
	685

c) Partes de capital em empresas associadas

Os aumentos ocorridos resultam de aumentos de capital, nomeadamente nas seguintes empresas:

Aumento de capital na SPORT TV	2.000
	2.000

As alienações ocorridas foram as seguintes:

Alienação da participação na SPORT TV	2.000
	2.000

d) Empréstimos a empresas associadas

As alienações ocorridas foram as seguintes:

Alienação da SPORT TV	8
	8

e) Títulos e outras aplicações financeiras

Os aumentos ocorridos referem-se às seguintes situações:

Fundo de títulos imobiliários	3.383
Partes de capital em outras empresas:	
Aquisição de participação da TVC-ANGOLA (via liquidação da Eurovídeo)	19
	3.402

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	Saldo inicial	Reforço	Regulariza.	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
Desp. instalação	1,789	5	0	1,794
Desp. Invest. desenvolvimento	90	4	0	94
Prop. industrial e outros direitos	0	0	0	0
Trespases	0	0	0	0
	1,879	9	0	1,888
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	15,095	848	-65	15,878
Equipamento básico	95,952	9,885	-27,608	78,229
Equipamento de transporte	2,788	802	-449	3,141
Ferramentas e utensílios	361	6	-154	213
Equipamento administrativo	14,433	1,349	-5,716	10,066
Taras e vasilhame	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	1,546	8	-1	1,553
	130,175	12,898	-33,993	109,080
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
Tít. e outras apl. financeiras	64	23	0	87
Outros empréstimos concedidos	0	0	0	0
	64	23	0	87

Os movimentos relacionados com títulos e outras aplicações financeiras dizem respeito a:

Reforço da amortização dos terrenos	4
Constituição de provisão para a participação da TVC-ANGOLA	19
	23

12. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros (Notas 3, 10, 13, 15, 39 e 40)

64 ■ 65

As reavaliações do Activo Imobilizado Corpóreo e Investimentos Financeiros foram contabilizadas com base nos seguintes diplomas:

- decreto-lei n.º 126/77
- decreto-lei n.º 219/82
- decreto-lei n.º 399/84
- decreto-lei n.º 118/86
- decreto-lei n.º 111/88
- decreto-lei n.º 49/91
- decreto-lei n.º 264/92
- decreto-lei n.º 31/98


13. Quadro discriminativo das reavaliações (Notas 3, 10, 12, 14, 15, 39, 40 e 48)

RUBRICAS	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:			
Desp. instalação	0	0	0
Desp. Invest. desenvolvimento	10	0	10
	10	0	10
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:			
Terrenos e recursos naturais	1,564	4,430	5,994
Edifícios e outras construções	14,015	7,370	21,385
Equipamento básico	24,072	6	24,078
Equipamento de transporte	1,057	0	1,057
Ferramentas e utensílios	3	0	3
Equipamento administrativo	4,264	3	4,267
Taras e vasilhame	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	25	0	25
	45,000	11,809	56,809
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:			
Tít. e outras aplic. financeiras	3	20	23
	3	20	23

(a) Líquidos de Amortizações

(b) Englobam as sucessivas Reavaliações

De acordo com a legislação em vigor, 40% do aumento das amortizações resultante das reavaliações, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Em consequência, a matéria colectável do exercício de 2003 foi aumentada em 140 milhares de Euro.

14. Discriminação das imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, afectas a cada actividade, implantadas em propriedade alheia, localizadas no estrangeiro e reversíveis, bem como dos custos financeiros nelas capitalizados (Notas 3, 10, 13, 15, 34, 46 e 48)

RUBRICAS	IMPLANTADAS EM PROPRIEDADE ALHEIA		Implantadas em propriedade da empresa	Totais
	Território nacional	Estrangeiro (a)		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
Terrenos e recursos naturais	0	0	5,994	5,994
Edifícios e outras construções	0	0	37,263	37,263
Equipamento básico	13,721	6,458	82,129	102,308
Equipamento de transporte	708	463	3,027	4,198
Ferramentas e utensílios	61	1	155	217
Equipamento administrativo	1,578	583	12,172	14,333
Outras imobilizações corpóreas	610	45	923	1,578
Imobilizações em curso	0	0	1,439	1,439
Ad. por conta de imob. corpóreas	0	0	18	18
	16,678	7,550	143,120	167,348

(a) As imobilizações implantadas no Estrangeiro encontram-se, na sua totalidade, em propriedade alheia.

Imobilizações Implantadas em Propriedade Alheia

TERRITÓRIO NACIONAL

LOCALIZAÇÃO	Equip. básico 423	Equip. transp. 424	Ferram. e utensil. 425	Equip. administ. 426	Outras imob. corp. 429	Total
Del. Vila Real	257	0	0	29	39	325
Del. Viseu	341	17	0	35	25	418
Del. Évora	675	57	0	67	48	848
Del. Beja	4	0	0	0	0	4
Del. Castelo Branco	587	100	0	81	0	768
Alameda, 95	0	0	0	0	0	0
Alameda, 68	0	0	0	0	0	0
Alameda, 99	0	0	0	0	0	0
Filipa de Vilhena	2,857	4	6	84	6	2,956
Prior Velho, 4	3,216	28	1	818	72	4,134
Francisco Baía, 9	0	0	0	0	0	0
Campo Grande, 268	0	0	0	0	0	0
Infante Santo, 23	0	0	0	0	0	0
Azinhaga do Fato	3,160	379	50	237	118	3,944
Sede (Nova)	435	0	0	0	0	435
Res. Dir. - P. Delgada	55	0	0	31	3	90
Arm. Geral - P. Delgada	42	7	1	32	0	82
Estúdio 3 Ford - P. Delgada	0	0	0	5	0	5
Prod. Açores - P. Delgada	0	0	1	0	0	1
Angra do Heroísmo	1,125	74	1	85	263	1,548
Del. Horta	964	41	1	74	38	1,119
Del. Horta - Garagem	1	0	0	0	0	1
	13,721	708	61	1,578	610	16,678

ESTRANGEIRO

LOCALIZAÇÃO	Equip. básico 423	Equip. transp. 424	Ferram. e utensíl. 425	Equip. administ. 426	Outras imob. corp. 429	Total
Angra do Heroísmo	1,125	74	1	85	263	1,548
Del. Bruxelas	317	27	0	52	23	420
Del. Rio de Janeiro	189	0	0	9	0	198
Del. Madrid	128	0	0	6	6	139
Del. Washington	101	21	0	17	0	139
Del. Suíça	59	0	0	0	0	59
Res. Del. Washington	0	0	0	10	0	10
Del. Timor	90	26	0	14	0	130
Del. Angola	1,176	144	0	144	1	1,465
Res. Del. Angola	0	0	0	17	0	17
Del. Cabo Verde	1,260	39	0	67	0	1,366
Res. Del. Cabo Verde	0	0	0	6	0	6
Del. Guiné	620	40	0	4	0	665
Res. Del. Guiné	169	0	0	3	0	172
Del. Moçambique	1,220	122	1	87	15	1,444
Res. Del. Moçambique	0	0	0	33	0	33
Del. S.Tomé e Príncipe	1,130	44	0	111	0	1,286
Res. Del. S.Tomé e Príncipe	0	0	0	1	0	1
	6,458	463	1	583	45	7,550

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, são de referir as seguintes situações, expressas pelos respectivos valores líquidos contabilísticos, em 31 de Dezembro de 2003, nomeadamente a existência de edifícios implantados em terrenos que ainda não se encontram registados em nome da RTP:

a) Centro Regional da Madeira

Embora se encontre regularizado o processo de expropriação, a Câmara Municipal do Funchal está a efectuar o levantamento topográfico do terreno onde está implantado o Centro de Produção da RTP - Madeira, a fim de se proceder à sua divisão em 3 lotes já distribuídos, à Câmara Municipal do Funchal, à RTP, e à Secretaria Regional da Educação. Aguarda-se que seja passada certidão do lote, para posterior registo.

b) Centro de Produção do Porto

Por força do Decreto Lei n.º 138/91, houve um destaque de uma área de terreno de 20.564 m² para a TDP.

Porém, verificou-se que a área a destacar era exagerada e inadequada face às necessidades de implantação das infra-estruturas e serviços de apoio daquela empresa, pelo que se deveria reduzir a cerca de 4.100 m².

Nesta altura, continuam as diligências conjuntas da RTP e Portugal Telecom, em relação à rectificação do Decreto Lei n.º 138/91 de 8 de Abril, no sentido de ser corrigida a área e o artigo matricial das instalações transferidas em 8 de Agosto de 1991.

c) Delegação de Viana do Castelo

Existe um Contrato Promessa de Compra e Venda celebrado com a Câmara Municipal de Viana do Castelo, para a aquisição de uma parcela de terreno para a construção urbana com 150 m².

A empresa já pagou a totalidade do preço acordado (55 milhares de Euro) sem contudo se ter realizado até à data a escritura de compra e venda do terreno e consequente acto registral.

Nesta altura encontra-se pendente de acção judicial intentada contra a RTP estando a tramitação suspensa por falecimento de um dos autores.

15. Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos (Notas 3, 10, 12, 13, 14 e 45)

Os bens adquiridos em regime de locação financeira apresentam o seguinte detalhe à data do Balanço em análise:

RUBRICAS	Valor de aquisição	Reavaliações	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento Básico	27,281	126	16,164	11,243
Equipamento de Transporte	2,898	0	2,148	750
Ferramentas e Utensílios	0	0	0	0
Equipamento Administrativo	2,278	80	1,218	1,140
	32,457	206	19,530	13,133

Em 31 de Dezembro de 2003, a empresa dispunha de diverso equipamento básico, administrativo e de transporte em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração, sendo as suas responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas, as expressas no seguinte mapa:

DESCRIÇÃO	Capital	Juros	Total
LOCAÇÃO FINANCEIRA			
Ano 2004	5,175	386	5,561
Ano 2005	4,662	181	4,843
Ano 2006	1,379	16	1,395
Ano 2007	363	6	369
	11,579	589	12,168
ALUGUER OPERACIONAL			
Ano 2004	523	46	569
Ano 2005	222	16	238
Ano 2006	43	2	45
Ano 2007	1	0	1
	789	64	853
	12,368	653	13,021

16. Firma e sede das empresas do grupo, das empresas associadas e das empresas participadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas constantes de contas já aprovadas, com menção desse exercício (Notas 3, 10, 18, 34, 40, 45 e 46)

a) Partes de capital em empresas do grupo

DENOMINAÇÃO SOCIAL	Sede	Capitais próprios	Resultado líquido	%	Valor da participação	Provisão (Nota 34/45)
RTC - Radiotelevisão Comercial, Lda.	Av.ª Fontes Pereira de Melo, 17 - 2º, 1000 Lisboa	-11,511	133	100%	0	11,452
Porto TV - Informação e Multimédia, SA	Monte da Virgem, Vila Nova de Gaia	-4,851	-8,076	100%	0	8,146
EBS 2004 - Euro Broadcast Services, Produção de Rádio e Televisão, SA	Av.ª 5 de Outubro, 197, 1500 Lisboa	-563	-677	90%	0	563
RTP - Meios de Produção, SA	Alameda das Linhas de Torres, 44, 1050 Lisboa	621	121	100%	621	0
Radiodifusão Portuguesa, SA	Av.ª Engenheiro Duarte Panheco, 26 1070 Lisboa	51,449	13,222	100%	51,449	2,238
Multidifusão - Meios e Tecnologias de Comunicação, Lda.	Av.ª Estados Unidos da América, 97 , 1700 Lisboa	(a)	(a)	51%	0	0
					52,070	22,399

(a) Empresa inactiva. Não estão disponíveis contas para o ano 2003.

As provisões constituídas para a RTC e Porto TV resultam do facto de estas empresas se encontrarem em processo de liquidação em 31 de Dezembro de 2003, destinando-se a cobrir o prejuízo em que a RTP irá incorrer no momento de liquidação.

Relativamente à EBS 2004, a provisão constituída resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial, tendo sido considerado o total do capital próprio detido directamente (90%) e o detido indirectamente (10%) através da RDP.

A provisão para outros riscos e encargos constituída para a RDP refere-se ao reconhecimento de movimentos não considerados nas contas individuais, nomeadamente a anulação da reavaliação económica de terrenos.

b) Títulos e outras aplicações financeiras

Partes de capital em outras empresas:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	Sede	%	Valor da participação
PTDP - Plataforma de Televisão Digital Portuguesa, SA	Estrada de Alfragide, Km. 1,5 2721-801 Amadora	10,00%	5
COOPERATIVA SINFONIA	Av.ª Miguel Bombarda, 8-1º 1000 Lisboa	7,00%	2
NP-Noticias de Portugal Coop. Inform.	Rua de S. Domingos à Lapa, 26, 1200 Lisboa	4,00%	6
EURONEWS Editorial	60, Chemins des Mouilles 69130 ECULLY - FRANCE	1,64%	352
EUROPE NEWS Operations	60, Chemins des Mouilles 69130 ECULLY - FRANCE	1 acção	0
LUSA - Agência de Noticias de Portugal, SA	Rua Dr. João Couto Lt C 1500 Lisboa	0,01%	1
TVC - ANGOLA	Rua Major Kanhangulo, 146, 1º Porta 5 Luanda - Angola	n.d.	19
			385

Na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras estão igualmente englobados:

1) Terrenos e edifícios explorados pela RTP, cujo valor contabilístico ascende a 91 milhares de Euro, estando amortizado em 68 milhares de Euro.

2) Fundo de Pensões da RDP, valorizado em 3.383 milhares de Euro.

18. Discriminação da conta 4154 – Fundos e respectivas afectações (Notas 10 e 16)

Em 2003 a empresa adquiriu à RDP uma aplicação colateral de títulos de fundo imobiliário, no valor de 3.383 milhares de Euro.

19. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes entre os custos dos elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado

Em 31 de Dezembro de 2003, não havia diferenças significativas no valor das rubricas do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela RTP e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelas provisões constituídas.

b) IVA das indemnizações compensatórias (Nota 40)

Em Dezembro de 2002 foi solicitado o reembolso de IVA no valor de 20.600 milhares de Euros, originado pela compensação do valor de IVA das indemnizações compensatórias, considerado como não incluído no valor das referidas indemnizações, e não pago pelo Estado até aquela data. A acção inspectiva da Direcção Geral de Impostos que decorreu daquele pedido de reembolso não sancionou o procedimento de compensação utilizado, derivando no valor de 8.451 milhares de Euro a favor do Estado.

Em Dezembro de 2003, na sequência de uma nota informativa da Direcção Geral de Impostos, a RTP viu definitivamente esclarecida a tributação em sede de IVA das indemnizações compensatórias e procedeu ao ajustamento do IVA relativo às indemnizações auferidas nos anos de 2001 a 2003, considerando o IVA incluído no valor das indemnizações atribuídas no Orçamento de Estado. Este ajustamento foi relevado na rubrica de Resultados Transitados pelo valor de 39.584 milhares de Euro, por se considerara uma alteração fundamental, tendo sido igualmente considerados os ajustamentos informados pela acção inspectiva ao IVA de 12/2002.

29. Valor das dívidas a terceiros (ou parte de cada uma delas) a mais de cinco anos (Nota 48)

Em 31 de Dezembro de 2003 as dívidas a terceiros a mais de cinco anos, tinham a seguinte composição:

Dívidas a instituições de crédito	824.500
	824.500

32. Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas desdobradas de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais

Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades da empresa por garantias prestadas, eram as seguintes:

Garantias bancárias a favor de Tribunais	1.107
Garantias bancárias a favor de Terceiros	722
	1.829

72 ■ 73

As garantias bancárias a favor de terceiros em 31 de Dezembro de 2003 são a favor dos seguintes fornecedores:

Intelsat	652
Sandra Inês Cruz	38
Pinto Sousa	13
EDP	19
	722

Para além da provisão para impostos, descrita na nota 34, a empresa entende que não se irão verificar responsabilidades decorrentes da prestação das restantes garantias, pelo que as mesmas não foram objecto de provisão.

34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício (Notas 3, 6, 10, 14, 16, 23, 45 e 46)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, realizaram-se os seguintes movimentos na rubricas de provisões:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para Cobranças Duvidosas:				
Dívidas de clientes	17.167	3.419		20.586
Outros devedores	14.096	601		14.697
	31.263	4.020	0	35.283
Provisões para Riscos e Encargos:				
Benefícios de reforma				
Pensões	75.418	0	8.750	66.668
Cuidados médicos	10.077	0	326	9.751
Impostos	13.705	0	0	13.705
Processos judiciais em curso	5.184	1.280	0	6.464
Imobilizado	10.037	0	10.037	0
Outros riscos e encargos	46.287	16.522	35.310	27.499
	160.708	17.802	54.423	124.087
Provisões para Deprec. de Existências:				
Programas a exibir	0	338	0	338
Subprodutos, desp. res. e refugos	15	0	15	0
Mat. primas, subsi. e de consumo	1.184	0	10	1.174
Direitos sobre programas exibidos	18.810	0	0	18.810
	20.009	338	25	20.322

O aumento registado na provisão para cobranças duvidosas de clientes resulta essencialmente do reconhecimento nesta rubrica das dívidas relativas a clientes da RTC e da FO&CO que foram transferidos para a RTP em virtude da liquidação daquelas empresas, as quais totalizam 2.183 milhares de Euro. Estas provisões foram consideradas como extraordinárias uma vez que não decorrem da actividade normal da RTP. A diminuição verificada nesta rubrica deve-se à recuperação de créditos considerados duvidosos nos anos anteriores.

O acréscimo da provisão para cobranças duvidosas de outros devedores foi reconhecido em custos extraordinários por se destinar a cobrir o risco de cobrabilidade de outros créditos transferidos das empresas liquidadas para a RTP. A redução desta provisão resultou da recuperação de créditos considerados duvidosos em anos anteriores.

A diminuição das provisões para pensões e cuidados médicos resultou do reconhecimento dos respectivos custos com pessoal incorridos durante o exercício e do efeito provocado pelos ganhos actuariais identificados, no valor de 10.520 milhares de Euro, os quais foram registados por contrapartida de proveitos extraordinários.

A provisão para impostos manteve-se inalterada, conforme explicitado na alínea a) da nota 6 deste Anexo.

A provisão para processos judiciais em curso destina-se a fazer face à responsabilidade estimada com base na informação disponibilizada da assessoria jurídica da empresa, e decorre dos processos intentados contra a RTP que

se encontravam em curso em 31 de Dezembro de 2003. O aumento registado nesta provisão inclui ainda uma provisão transferida da Edipim, empresa participada indirectamente através da RTC, e em virtude de se encontrar em liquidação, a qual foi relevada como dívida a receber daquela empresa.

No fim do ano 2002 decorreu o inventário dos bens imobilizados corpóreos, que resultou na constituição de uma provisão para Outros Riscos e Encargos nesse mesmo ano, reflectindo a diferença entre o valor dos bens inventariados e o valor existente nas contas da empresa. Esta provisão foi regularizada em 2003, na sequência do ajustamento do valor do Imobilizado Corpóreo, após uma análise profunda aos bens não reconciliados ou não inventariados.

Na análise aos bens não reconciliados concluiu-se que não correspondiam na totalidade a abates, pelo que parte da provisão criada em 2002 foi anulada como segue:

	Abate	Anul. Provisão	Total
423 – Equipamento Básico	1.845	6.679	8.524
424 – Equipamento Transporte		84	84
425 – Ferramentas e Utensílios	3	5	8
426 – Equipamento Administrativo	671	750	1.421
	2.519	7.518	10.037

Em 2003, foi reconhecido uma provisão para programas a exibir relacionada com a existência de programas sobrevalorizados na carteira, no montante em 338 milhares de Euro.

As restantes provisões para outros riscos e encargos estão relacionadas com as empresas participadas, reflectindo principalmente as responsabilidades da empresa inerentes às participadas em situação de liquidação. O aumento foi reflectido em custos extraordinários no que respeita às participadas Porto TV, RTC e RDP, a despesas de consultadoria relacionadas com a venda da participação na SPORT TV e em custos financeiros, no montante de 563 milhares de Euro, relacionado com a participação na EBS 2004. A diminuição deve-se à anulação das provisões da FO&CO, da SPORT TV e da RTC, esta última motivada pela cedência para a RTP dos créditos cujo risco de cobrabilidade se pretendia cobrir em 2002.

35. Forma como se realizou o capital social e seus aumentos ou reduções, no exercício em que ocorrem, incluindo indicação do capital subscrito e não realizado (Notas 36, 37, 38 e 40)

74 ■ 75

O capital social da RTP SGPS durante o ano de 2003 passou de 297.540.805,01 Euro para 367.170.380,00 Euro, na sequência do estipulado na Lei 33/2003 e no Acordo de Reestruturação Financeira, celebrado em 22 de Setembro de 2003.

Este aumento é consubstanciado por entregas de capital no valor de 40.000 milhares de Euro e pela transferência dos activos e passivos resultantes da extinção da Portugal Global SGPS, no montante de 29.629 milhares de Euro, conforme deliberado na Lei n.º 33/2003 de 22 de Agosto.

O valor subscrito mas não realizado à data de 31 de Dezembro de 2003, no montante de 26.934 milhares de Euro, foi realizado pelo Estado em Fevereiro de 2004.

36. Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal (Notas 35, 37, 38 e 40)

O capital social parcialmente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrita é de 367.170.380,00 Euro, dividido em 73.434.076 acções com o valor nominal de 5 Euros cada.

37. Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20% (Notas 35, 36, 38 e 40)

Em 31 de Dezembro de 2003, a totalidade do capital social da empresa é detido pelo Estado Português.

38. Número e valor nominal das acções subscritas no capital durante o exercício (Notas 35, 36, 37 e 40)

Em resultado do aumento de capital, em 2003 foram subscritas 13.925.915 acções com o valor nominal de 5 Euro.

39. Indicação das variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício (Notas 12, 13 e 40)

Durante o ano registou-se a redução da rubrica de Reservas de Reavaliação, motivada pelo ajustamento derivado da alienação de parte das Imobilizações Corpóreas anteriormente reavaliadas e pela utilização dos bens reavaliados, de acordo com a Directriz Contabilística n.º 16. Em 31 de Dezembro de 2003 a conta de Reservas de Reavaliação apresentava a seguinte estrutura:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Decreto-Lei nº 126/77	3	0	0	3
Decreto-Lei nº 219/82	43	0	2	41
Decreto-Lei nº 399/84	794	0	23	771
Decreto-Lei nº 118/86	1.309	0	40	1.269
Decreto-Lei nº 111/88	894	0	29	865
Decreto-Lei nº 49/91	1.740	0	58	1.682
Decreto-Lei nº 264/92	3.302	0	110	3.192
Decreto-Lei nº 31/98	4.164	0	158	4.006
	12.249	0	420	11.829

40. Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas anteriormente (Notas 6, 12, 13, 16, 35, 36, 37, 38 e 39)

O movimento ocorrido nas contas de capital próprio no exercício de 2003 foi como segue:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital	297.541	69.629	0	367.170
Prestações Suplementares	122.682	0	0	122.682
Ajust. partes capital filiais e associadas	-63	201	94	44
Reservas de reavaliação	12.249	0	420	11.829
Reservas				
Reservas Legais	2	0	0	2
Reservas Estatutárias	1.523	0	0	1.523
Reservas Livres	8.279	0	0	8.279
Doações	124	0	42	82
Resultados Transitados	-1.199.699	514	268.055	-1.467.240
Resultados Líquidos	-228.270	228.270	32.838	-32.838
	-985.632	298.614	301.449	-988.467

Ajustamentos de Partes de Capital

O aumento desta rubrica está relacionado com a alienação da SPORT TV e com as liquidações da Eurovideo e da FO&CO, tendo sido movimentada por contrapartida da rubrica de Resultados Transitados.

Reservas de Reavaliação

A redução verificada nas rubricas de Reservas de Reavaliação resulta da aplicação da Directriz Contabilística n.º 16, conforme explicitado na nota 39 deste Anexo.

Doações

A diminuição ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 resulta da compensação das amortizações do imobilizado corpóreo afecto a estas doações, efectuada por contrapartida de outros proveitos e ganhos extraordinários.

Resultados transitados

As variações verificadas em resultados transitados estão explicitadas no mapa seguinte:

RUBRICAS	Aumentos	Diminuições	Total
Aplicação dos Resultados Líquidos de 2002	0	228.270	-228.270
Recalculo Iva das IC's de 2001a 2002	0	39.584	-39.584
Ajustamento das reservas de reavaliação	420	0	420
Ajustamento das contas da EUROVIDEO	94	0	94
Ajustamento das contas da SPORT TV	0	201	-201
	514	268.055	-267.541

O valor mencionado no quadro acima de 39.584 milhões de Euro refere-se ao valor de iva das indemnizações compensatórias referenciadas na Nota 28.

41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (Nota 3)

O Custo das existências vendidas e consumidas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 foi determinado como segue:

RUBRICAS	2003			2002		
	Programas	Mat. primas	Total	Programas	Mat. primas	Total
Existências Iniciais (1)	73.599	1.851	75.450	94.184	1.767	95.951
Compras (2)	77.094	488	77.582	91.870	650	92.520
Reg. de Existências (3)	-218	-9	-227	-1.600	58	-1.542
Existências Finais (4)	52.500	1.571	54.071	73.599	1.851	75.450
Custo M. Vendidas e M. Consumidas (1+2+3-4)	97.975	759	98.734	110.855	624	111.479

43. Indicação, global para cada um dos órgãos, das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionados com o exercício das respectivas funções

As remunerações atribuídas no exercício aos órgãos sociais da empresa foram respectivamente:

Conselho de Administração	491
Fiscal Único	21
	512

44. Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços apurado nas contas 71 "Vendas" e 72 "Prestações de Serviços", por actividades e por mercados (interno e externo), na medida em que tais actividades e mercados sejam consideravelmente diferentes

A distribuição das vendas e prestações de serviços dos exercícios de 2003 e 2002, por mercados geográficos, é como segue:

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2003	2002
Mercado Interno	53.294	48.527
Mercado Externo	62	245
	53.356	48.772

45. Demonstração dos Resultados Financeiros (Notas 3, 10, 15, 16, 34 e 48)

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	2003	2002	PROVEITOS E GANHOS	2003	2002
681-Juros Suportados	38.292	38.703	781-Juros Obtidos	637	92
682-Perdas em Empresas do Grupo e Associadas	102	7.362	782-Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	13.342	279
683-Amortizações de Investimentos de Imóveis	4	3	783-Rendimentos de Imóveis	26	27
684-Provisões para Aplicações Financeiras	581	37.238	784-Rendimentos de Partes de Capital	0	0
685-Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	1.261	1.212	785-Diferenças de Câmbio Favoráveis	5.070	3.223
686-Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	459	775	786-Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	3	6
687-Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0	0	787-Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0	0
688-Outros Custos e Perdas Financeiros	6.510	1.852	788-Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	68	401
	47.209	87.145			
Resultados Financeiros	-28.063	-83.117			
	19.146	4.028		19.146	4.028

As rubricas de perdas e ganhos em empresas do grupo e associadas reflectem a aplicação do método da equivalência patrimonial às participações no capital das empresas EBS 2004, RTP Meios de Produção e Radiodifusão Portuguesa.

A rubrica de provisões para aplicações financeiras resulta da constituição das provisões para investimentos financeiros relacionada com a participação no capital da TVC, de igual valor a esta por existir a intenção de venda dessa participação por 1 Euro e com a participação na EBS 2004.

A rubrica de outros custos e perdas financeiras tem a seguinte composição:

Serviços bancários	3.685
Comissões emissão empréstimos	2.803
Cauções e avales	1
Outros	21
	6.510

46. Demonstração dos Resultados Extraordinários (Notas 3, 10, 14, 16, 23 e 34)

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	2003	2002	PROVEITOS E GANHOS	2003	2002
691-Donativos	15	153	791-Restituição de Impostos	0	0
692-Dívidas Incobráveis	0	716	792-Recuperação de Dívidas	0	13
693-Perdas em Existências	232	1.602	793-Ganhos em Existências	5	61
694-Perdas em Imobilizações	15.633	4.648	794-Ganhos em Imobilizações	30.988	221
695-Multas e Penalidades	283	56	795-Benefícios e Penalidades Contratuais	717	18
696-Aumento de Amortizações e Provisões	17.344	0	796-Reduções de Amortizações e Provisões	45.372	35.646
697-Correções Relativas a Exercícios Anteriores	2.977	27.301	797-Correções Relativas a Exercícios Anteriores	20.929	5.572
698-Outros Custos e Perdas Extraordinários	6.433	33.172	798-Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	13.783	19.090
	42.917	67.648			
Resultados Extraordinários	68.877	-7.027			
	111.794	60.621		111.794	60.621

A rubrica de donativos inclui as entregas feitas à Federação Portuguesa de Patinagem.

A rubrica de perdas em existências respeita a:

Abates de programas	218
Outras	14
	232

A rubrica de perdas em imobilizações inclui o custo dos activos imobilizados abatidos ou alienados, nomeadamente:

Menos valia alienação de imobilizado corpóreo	24
Abates de imobilizado corpóreo	2.520
Ajustamentos de investimentos financeiros - FO&CO e PORTO TV	13.089
	15.633

As operações consideradas na rubrica de aumentos de amortização e provisão referem-se a provisões extraordinárias e estão detalhadas na nota 34 deste anexo.

O valor registado na rubrica de custos de exercicios anteriores refere-se essencialmente a:

Produções Subcontratadas	67
Fornecimentos e Serviços	814
Impostos	194
Custos com Pessoal	195
Custos e Perdas Financeiras	22
Anulação Receitas Outras	250
Regularização de Saldos Devedores	1.418
Reclassificação de Imobilizado	17
	<hr/>
	2.977

O valor registado na rubrica de outros custos e perdas extraordinárias tem a seguinte composição:

Custos de reestruturação	114
Insuficiência de estimativa para impostos	123
Contencioso contratos de trabalho	1.290
Contencioso outros processos judiciais	376
Perdas em empresas liquidadas	4.121
Concordatas e perdas de dividas	283
Outros Acrescimos de custos	125
Outros	1
	<hr/>
	6.433

A rubrica de ganhos em imobilizações reflecte os proveitos obtidos com a alienação dos activos imobilizados, nomeadamente:

Alienação de investimentos financeiros – SPORT TV	30.592
Mais valias alienação imobilizado corpóreo	354
Indemnizações recebidas por sinistros de imobilizado	42
	<hr/>
	30.988

80 ■ 81

Na rubrica de redução de amortizações e provisões foram registadas as seguintes reduções de provisões:

Outros riscos e encargos – inventário do imobilizado de 2002	10.037
Depreciação de exist., matérias-primas, subsid .e de consumo	10
Depreciação de subprodutos, resíduos e refugos (venda da prata)	15
Riscos e encargos de aplicações financeiras	35.310
	<hr/>
	45.372

Os proveitos relacionados com correcções relativas a exercícios anteriores incluem as seguintes naturezas:

Proveitos e ganhos financeiros	15.738
Anulação de despesas	1.866
Regularização de saldos	1.840
Outros	1.485
	<u>20.929</u>

A rubrica outros proveitos e ganhos extraordinários inclui:

Subsídios para investimento	178
Excesso de estimativa para circuitos de vídeo (UER)	31
Ganhos empresas liquidadas	514
Cessão de créditos de empresas do grupo a liquidar	2.189
Ganhos actuariais de pensões e cuidados médicos	10.520
Diferimento de custos novas instalações	235
Outros	116
	<u>13.783</u>

48. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Empréstimos (Notas 3, 29 e 45)

Em 31 de Dezembro de 2003 o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

RUBRICAS	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimos Bancários:			
Emp. Internos	1.202	2.200	3.402
Emp. Externos	21.250	953.750	975.000
Descobertos Bancários	38.791	0	0
Emp. Fundo Reg. Div. Pública	117.247	0	0
	<u>178.490</u>	<u>955.950</u>	<u>978.402</u>

Os juros do empréstimo do Fundo de Regularização da Dívida Pública foram capitalizados por estar previsto para o ano 2004 a conversão em capital social do valor deste empréstimo e dos juros vencidos até à data do aumento de capital, no valor total de 117.629 milhares de Euro. Este aumento de capital está previsto no número 4 do Acordo de Reestruturação Financeira celebrado em 22 de Setembro de 2003, e que teve lugar no dia 25 de Fevereiro de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos bancários venciam juros a taxas variáveis indexadas à Euribor a 3 e 6 meses, com spread variando entre 0,15% e 1%, conforme o tipo de empréstimo.

Acréscimos e diferimentos (Nota 3)

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

a) Acréscimos de Proveitos

	2003	2002
Juros a receber	12	
Subvenções à produção	65	41
Outros acréscimos de proveitos	872	684
	949	725

b) Custos Diferidos

	2003	2002
Conservação plurianual	153	206
Adaptações funcionais	27	4
Novas Instalações	235	
Encargos bancários	199	231
Seguros	25	
Encargos com a emissão de empréstimos externos (incluindo Imposto de Selo)	16.868	6.201
Programas a exibir ano seguinte	848	921
Contratos estrutura	913	
Quotizações	516	477
Outros	105	361
	19.889	8.401

Factos posteriores ao encerramento do exercício (Notas 3, 10, 13 e 14)

Em Março de 2004 foi celebrado um contrato-promessa de compra e venda do imóvel da sede, na Av. 5 de Outubro, 197, em Lisboa, sendo o preço acordado de 35.000 milhares de Euro. Esta operação irá resultar numa mais valia a reconhecer no momento da escritura de alienação do imóvel. Considerando o valor líquido do edifício em Dezembro de 2003, a mais-valia seria de 23.151 milhares de Euro.

Lisboa, 12 de Maio de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL



Exmo. Senhor

Representante do Accionista da sociedade

Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA

■ RELATÓRIO

Cumprindo os preceitos legais e as disposições estatutárias, acompanhei, relativamente ao exercício de 2003, a actividade da sociedade **Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA**, tendo, para o efeito, procedido ao exame regular dos livros, registos contabilísticos e demais documentação, verificado o cumprimento da Lei e dos Estatutos e solicitado e obtido os esclarecimentos e informações que considerei necessários e apropriados, tendo em conta as circunstâncias.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emiti o Relatório anual de fiscalização e a Certificação legal das contas, documentos que, para todos os efeitos, constituem parte integrante do presente relatório.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como os correspondentes Anexos, e o Relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

■ PARECER

Face ao que antecede, sou de parecer:

1. Que sejam aprovadas as Demonstrações financeiras e o Relatório de gestão apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício de 2003;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

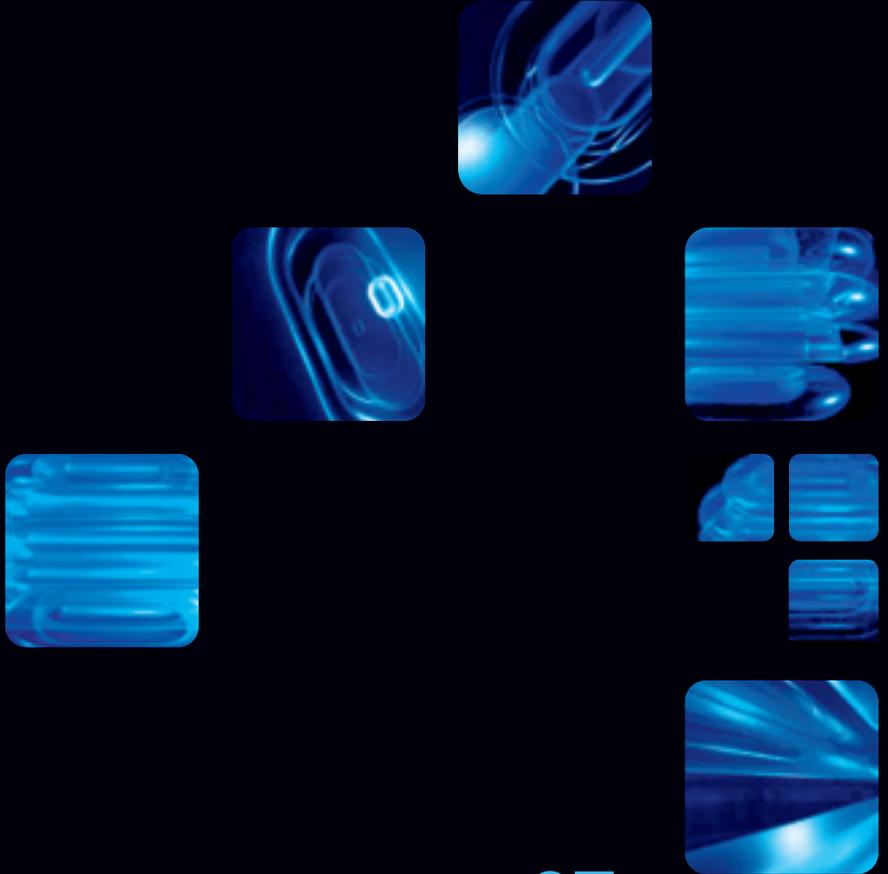
Lisboa, 20 de Maio de 2004

O Fiscal Único

Carlos Fernando Calhau Trigacheiro



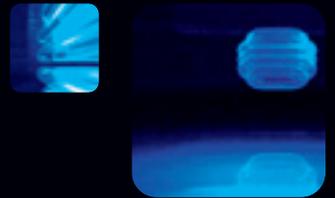
RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL



07.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO E CONTAS **2003**



■ OPINIÃO

6. Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2003, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

■ ÊNFASES

7. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo precedente, são de referir as seguintes situações:

- a) A empresa tem vindo a contabilizar como "Existências" o valor atribuído aos Direitos sobre programas de propriedade plena já exibidos (Arquivo Histórico), ascendendo o respectivo valor, líquido de provisões, a 121 503 mil euros. A incerteza quanto ao valor de realização tem motivado reservas na opinião quanto às contas dos exercícios anteriores. Porém, o Acordo de Reestruturação Financeira, subscrito em 22 de Setembro de 2003 entre o Estado Português e a RTP, prevê a alienação daquele activo em condições que permitirão equilibrar o valor de realização com o contabilístico, conforme divulgado na alínea a) da Nota 2 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados (ABDR). Nestes termos, considero extintas as circunstâncias que motivavam a reserva.
- b) Conforme está completa e adequadamente divulgado na alínea e) da Nota 3 do ABDR, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas encontram-se valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, excepto quanto às participadas que se encontram inactivas ou em liquidação.
- c) A RTP apresenta capital próprio negativo, à data de 31 de Dezembro de 2003, pelo está reunido o pressuposto do artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, na redacção do artº 1º do Decreto-Lei nº 162/2002, de 11 de Julho, relativo à situação de perda de metade do capital. Nestes termos, e apesar das medidas de saneamento financeiro incluídas no Acordo de Reestruturação acima referido e que se encontram genericamente divulgadas no Relatório do Conselho de Administração, deverão ser encontradas soluções adequadas, tendo em vista evitar que seja questionada a continuidade da sociedade a partir da aprovação das contas de 2004, por recurso ao disposto no nº 4 daquele artº 35º conjugado com a artº 2º do citado Decreto-Lei.

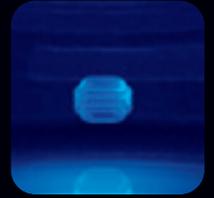
Lisboa, 20 de Maio de 2004

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Fernando Calhau Trigacheiro

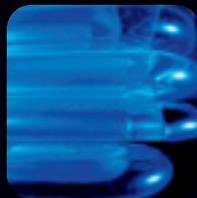


RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL



08.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



RELATÓRIO E CONTAS **2003**



Exmo. Senhor Representante do Accionista e
Exmo. Conselho de Administração da sociedade
Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA

■ 01. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo nº 451º do Código das Sociedades Comerciais e do nº 1, alínea a), do artigo nº 52º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro, cumpre-me apresentar o relatório anual sobre as actividades de fiscalização por mim desenvolvidas relativamente ao exercício de 2003 na sociedade Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA.

■ 02. ÂMBITO

O trabalho de revisão legal da sociedade Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA. e o exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efectuado foi emitida a Certificação Legal das Contas, sem reservas mas com ênfases, datada de 20 de Maio de 2004, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

■ 03. TRABALHO EFECTUADO

Os trabalhos executados compreenderam, nomeadamente:

- a) Exame aos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, elaborado com a profundidade que considere necessária face às circunstâncias, recorrendo na generalidade dos casos a técnicas de amostragem;
- b) Acompanhamento da evolução da actividade da empresa, através de reuniões havidas com os dirigentes responsáveis pelos departamentos relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que entendi oportunos;
- c) Análise ao sistema de controlo interno, efectuando os testes de controlo que foram tidos como apropriados;
- d) Análise aos créditos da empresa sobre terceiros, para determinação dos montantes de créditos de cobrança duvidosa, tendo sido solicitado por carta confirmações de saldos para posteriores conciliações, procedimento que igualmente foi observado quanto às dívidas a terceiros e aos bancos;
- e) Análise e teste das reconciliações bancárias e de contas de terceiros preparadas pela empresa;
- f) Pedido de informação aos assessores jurídicos acerca da situação dos processos que se encontram em seu poder e análise da razoabilidade do valor da correspondente provisão;

- g) Verificação dos estudos actuariais que suportam os encargos com pensões e cuidados médicos;
- h) Recolha de informação sobre os seguros em vigor e análise da razoabilidade dos riscos cobertos;
- i) Verificação do cumprimento das obrigações da sociedade perante a Administração Fiscal e a Segurança Social;
- j) Verificação da regularidade e consistência dos métodos e critérios valorimétricos aplicados na contabilização das existências;
- k) Análise dos procedimentos relacionados com os bens do activo imobilizado, designadamente, no que respeita a inventário e registos contabilísticos, incluindo a respectiva valorimetria e cumprimento das normas prescritas pelo Plano oficial de contabilidade e Directrizes contabilísticas aplicáveis;
- l) Apreciação e análise dos movimentos ocorridos nas contas que integram o Capital próprio;
- m) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações dos Resultados por natureza e por funções e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como os correspondentes Anexos, com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte e com as normas legais aplicáveis;
- n) Apreciação da conformidade do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, bem como o cumprimento, em geral, da Lei e do Contrato Social.

Nos termos do parágrafo 20 das Normas Técnicas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, solicitei ao Conselho de Administração a "Declaração de Responsabilidade", tendo a mesma sido obtida.

■ 04. RESULTADO DO CONTROLO EFECTUADO

Para além de situações pontuais, regularizadas no decurso do exercício, e do que a seguir se descreve, não encontrei erros, omissões, duplicações ou irregularidades que careçam de explicitação.

Em complemento das ênfases constantes do parágrafo 7 da Certificação Legal das Contas, entendo dever salientar ainda os seguintes aspectos que, face à sua natureza e expressão, não foram referidos expressamente naquele documento:

- a) Em Agosto de 2003 foi aprovada a legislação que suporta a reestruturação do sector empresarial do Estado na área do audiovisual, tendo sido alterada a estrutura do grupo empresarial. No que respeita à sociedade objecto do presente relatório, foi transformada em SGPS, transferindo-se a prestação do serviço público de televisão para outra empresa criada para o efeito. Todavia, porque a nova sociedade apenas iniciou a actividade em 1 de Janeiro de 2004, a RTP, SGPS continuou a assumir directamente aquela prestação de serviço durante todo o ano de 2003;
- b) Em Setembro de 2003 foi subscrito, entre o Estado Português e a RTP, um Acordo de Reestruturação Financeira, contemplando diversas medidas de saneamento financeiro que, se forem concretizadas como previsto, permitem assegurar a viabilidade financeira do grupo, conforme se encontra descrito de forma mais detalhada no relatório do Conselho de Administração;

c) A RTP, SGPS apresenta um resultado líquido negativo de 32 838 mil euros, contra 228 270 mil euros negativos registados no exercício anterior. O resultado líquido de 2003, que comporta melhorias expressivas nas suas diversas componentes, quando confrontado com o exercício anterior, como melhor se pode observar nas respectivas demonstrações dos resultados, está influenciado por:

- operações de natureza extraordinária, que se saldaram num lucro de 68 877 mil euros, em consequência da alienação de participações financeiras e de ajustamentos relativos a exercícios anteriores, designadamente, redução de provisões que haviam sido constituídas e que se revelaram desnecessárias por alteração das circunstâncias (conforme Nota 46 do ABDR - Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados);

- redução do prejuízo financeiro em 55 054 mil euros (exercício de 2003 comparado com o anterior), em consequência dos movimentos inerentes às participações financeiras em empresas do grupo e associadas (conforme Nota 45 do ABDR);

d) De acordo com as Notas 28 e 40 do ABDR, a RTP, na sequência de esclarecimentos da Administração Fiscal sobre a tributação do IVA das Indemnizações compensatórias, procedeu aos respectivos ajustamentos contabilísticos, tendo resultado um registo directo de 39 584 mil euros na conta de Resultados Transitados porque, face à sua natureza e materialidade, tem enquadramento nas situações previstas pela Directriz contabilística nº 8.

Lisboa, 20 de Maio de 2004

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Fernando Calhau Trigacheiro

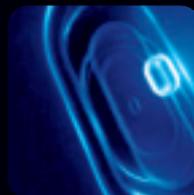
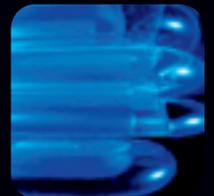
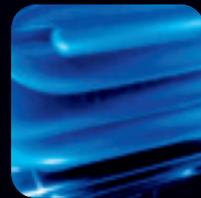


RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL

09.

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

RELATÓRIO E CONTAS **2003**



- (iii) Conforme descrito na nota 2 do Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados, os direitos sobre programas exibidos, designados como "arquivo histórico" encontram consignada a sua venda ao Estado, nos termos do Acordo de Reestruturação Financeira, por um valor que deverá corresponder ao seu valor líquido contabilístico à data da venda, pelo que, face a estas circunstâncias, foi retirada a reserva por limitação de âmbito incluída no relatório de auditoria de 2002, uma vez que já se encontra determinado o seu valor de mercado. Contudo, é nosso entendimento que este activo estaria mais adequadamente apresentado sob a rubrica de imobilizações incorpóreas.
- (iii) No relatório de auditoria de 2002 incluímos uma reserva por limitação de âmbito referente à informação contida nas respostas recebidas do Credit Suisse First of Bóston International e do Merrill Lynch. Durante o exercício de 2003 a Empresa terminou as relações com estas entidades, pelo que, nestas circunstâncias, a referida limitação foi ultrapassada.
- (iv) Durante o exercício de 2003 foram reconciliados os saldos com a Portugal Telecom, pelo que a reserva por limitação de âmbito incluída no relatório de auditoria de 2002 deixou de ser aplicável.
- (v) O relatório de auditoria de 2002 incluía uma reserva por limitação de âmbito, por não ser possível, à data de emissão daquele relatório, avaliar o impacto de eventuais ajustamentos que viessem a resultar da inexistência de reconciliações das contas de clientes da RTC, e por consequência da adequação de uma provisão de 10 milhões de Euros para fazer face aos riscos daí resultantes. No presente exercício, foram efectuadas as reconciliações, no âmbito do processo de liquidação da RTC, tendo sido regularizados os saldos de maior significado, pelo que se encontra ultrapassada a referida limitação de âmbito.

Price Waterhouse Coopers

Lisboa, 3 de Maio de 2004

500 Exemplares

Design e Produção

Brãndia
redesign